JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.01 05:33:37 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 1º de março de 2024 • Nº 1753 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Top Business

Coelhinho da Páscoa...

PÁGINA 6

IBGE

Desemprego fica em 7,6% no trimestre fechado em janeiro

A taxa de desocupação do trimestre encerrado em janeiro de 2024 ficou em 7,6%. Esse resultado é o menor para o período desde 2015. O índice está abaixo do registrado no trimestre terminado em janeiro de 2023 (8,4%). Os dados foram divulgados ontem pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O nível de desemprego ficou estável em comparação aos 7,6% do trimestre móvel imediatamente anterior, finalizado em outubro de 2023. A população desocupada, ou seja, aqueles que estavam em busca de trabalho, chegou a 8,3 milhões, estável na comparação trimestral e recuando 7,8% em 12 meses. PÁGINA 2

CADEIA NELA

PF indicia Zambelli por invasão do sistema do CNJ

A Polícia Federal (PF) concluiu a investigação sobre a invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o indiciamento da deputada Carla Zambelli (PL-SP) e do hacker Walter Delgatti. Eles podem responder pelos crimes de invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica. O relatório final da Polícia Federal afirma que documentos apreendidos com a deputada correspondem, integral ou parcialmente, aos arquivos inseridos pelo hacker no sistema do CNJ, o que para os investigadores comprova que ela participou do ataque. O advogado Daniel Bialski, que defende a deputada, reiterou em nota que ela jamais pediu a invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça. O advogado Ariovaldo Moreira, que representa Walter Delgatti, afirmou que o indiciamento era esperado, já que ele confessou a participação no episódio. "O indiciamento de Carla Zambelli confirma que Walter, a todo momento, colaborou com a justiça, levando a PF até a mandante e financiadora dos atos perpetrados por ele." Entre os documentos mencionados pela Polícia Federal, está o mandado de prisão falso contra Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). PÁGINA 9

SUPER-RICOS NA MIRA

PAULO PINTO

Haddad quer proposta ambiciosa para taxação de grandes fortunas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**), disse ontem que o Brasil vai trabalhar para que o G20 faça uma declaração "ambiciosa" a respeito da tributação dos super-ricos. Os trabalhos do grupo - que reúne as maiores economias mundiais - estão sob presidência brasileira. No discurso que abre o último dia de encontro na capital paulista, Haddad enfatizou que tem como principal objetivo construir a cooperação internacional para taxar grandes fortunas. "Quero anunciar que essa presidência buscará construir uma declaração do G20 sobre tributação internacional até nossa reunião ministerial, em julho. Consultaremos todos os membros e trabalharemos em conjunto para termos um documento equilibrado, porém ambicioso, que reflita as nossas legítimas aspirações", afirmou. PÁGINA 4

CRIME SEM CASTIGO

STM pode reduzir pena de militares que mataram músico

O ministro Carlos Augusto Amaral Oliveira, do Superior Tribunal Militar (STM), votou ontem para reduzir em dez vezes - de 30 anos para três - a pena imposta aos oito militares acusados pela execução do músico Evaldo Rosa dos Santos, cujo carro foi alvejado por mais de 80 tiros em 2019, no Rio. O brigadeiro defendeu a desclassificação do crime imputado aos militares, de homicídio doloso, para a modalidade culposa - quando não há intenção de matar. PÁGINA 9

ESSEQUIBO

RICARDO STUCKERT/PR

América do Sul não precisa de guerra, diz Lula

O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**), afirmou ontem, em Georgetown, capital da Guiana, que o Brasil vai trabalhar para que a América do Sul seja uma zona de paz no mundo. Em um gesto político, Lula fez um pronunciamento após reunião com Irfaan Ali, presidente da Guiana, com quem debateu a disputa sobre o controle da região do Essequibo, parte do território guianense reivindicada pela Venezuela. PÁGINA 10

INDICADORES

IBOVESPA: -0,87% / 129.020,02 / -1.135,41 / Volume: R$ 28.890.285.806 / Negócios: 3.665.303

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
MARFRIG ON NM	9.90	+3.88	+0.37
JBS ON NM	23.06	+2.72	+0.61
PETZ ON NM	4.17	+2.21	+0.09
CYRELA REALTON NM	24.05	+2.08	+0.49
EMBRAER ON NM	24.43	+2.05	+0.49

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
P.ACUCAR-CBDON NM	4.03	–8.62	–0.38
AMBEV S/A ON	12.58	–6.47	–0.87
ULTRAPAR ON NM	29.36	–3.86	–1.18
TIM ON NM	18.17	–3.61	–0.68
HYPERA ON EJ NM	32.88	–3.41	–1.16

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN ATZ N2	40.14	–0.72	–0.29
ITAUUNIBANCOPN ED N1	33.94	–2.47	–0.86
VALE ON NM	66.99	+0.37	+0.25
CAIXA SEGURION NM	14.370	–0.21	–0.030
AMBEV S/A ON	12.58	–6.47	–0.87

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	38.996,39	+0,12
NASDAQ Composite	16.091,922	+0,90
CAC 40	7.972,86	+0,23
FTSE 100	7.630,02	+0,07
DAX	17.678,19	+0,44
Ftse Mib	32.639,46	+0,07

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	-0,52% (fev.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA 15**	0,78% (fev.)	Compra: 5,4296	Venda: 5,6096
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/02)	11,25%	(01/02)	11,15%	Compra: 4,9833	+0,56%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(01/03)	0,5079%	BM&F/grama	R$ 327,80	Compra: 4,9718	Venda: 4,9724
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(01/03)	0,0655%	Compra: 5,3715	Venda: 5,3721	Compra: 4,9935	Venda: 5,1735

MERCADOS

Bovespa sobe 1% em fevereiro após perda de 4,79% em janeiro

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Depois da queda de 4,79% ao longo de janeiro, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou fevereiro com leve recuperação de 0,99%, aparada ao fim por perdas em torno de 1%, cada, nas últimas duas sessões do intervalo. Ontem, o Índice Bovespa (Ibovespa) caiu 0,87%, aos 129.020,02 pontos, vindo de retração de 1,16% no dia anterior, que o havia retirado do maior nível de fechamento desde 8 de janeiro, anteontem, quando tinha subido 1,61%, então perto dos 131,7 mil. Ontem, o Ibovespa oscilou dos 128.669,29 aos 130 154,84, em máxima do dia que coincidiu com a abertura, assim como ontem. O giro foi a R$ 28,9 bilhões na sessão.

Após o tombo de mais de 5% para Petrobras ON e PN ontem, com a reponderação das expectativas sobre dividendos - tendo em vista os sinais dados pelo presidente da estatal, Jean Paul Prates -, as ações da empresa seguiram em baixa, hoje de 0,91% (ON) e de 0,72% (PN), no fechamento. O dia também foi negativo para as ações de grandes bancos, com destaque para Itaú (PN -2,47%). Na ponta ganhadora do Ibovespa, Marfrig (+3,88%), JBS (+2,72%) e Petz (+2,21%). No lado oposto, Pão de Açúcar (-8,62%); Ambev (-6,47%), após resultados trimestrais, e Ultrapar (-3,86%).

Ontem, Vale ON, a principal ação do Ibovespa, subiu 0,37%, a R$ 66,99 - no ano, a ação ainda recua 13,23%, com perda de 1,14% em fevereiro.

DÓLAR

Após trocas de sinal e oscilações bem contidas ao longo da tarde, o dólar à vista encerrou a sessão de ontem, cotado a R$ 4,9725 (+0,05%) no mercado doméstico de câmbio.

Com a disputa pela formação da última Ptax de fevereiro, a taxa de câmbio se aproximou do nível psicológico de R$ 5,00, com máxima a R$ 4,998. O dólar à vista fechou o mês com valorização de 0,72%

IBGE

Desemprego fica em 7,6% no trimestre fechado em janeiro

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A taxa de desocupação do trimestre encerrado em janeiro de 2024 ficou em 7,6%. Esse resultado é o menor para o período desde 2015. O índice está abaixo do registrado no trimestre terminado em janeiro de 2023 (8,4%). Os dados foram divulgados ontem pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O nível de desemprego ficou estável em comparação aos 7,6% do trimestre móvel imediatamente anterior, finalizado em outubro de 2023.

A população desocupada, ou seja, aqueles que estavam em busca de trabalho, chegou a 8,3 milhões, estável na comparação trimestral e recuando 7,8% (menos 703 mil pessoas) em 12 meses.

OCUPAÇÃO

O número de trabalhadores ocupados chegou a 100,6 milhões, o que representa alta de 0,4% (ou mais 387 mil pessoas) ante o trimestre encerrado em outubro de 2023 e de 2% (mais 1,957 milhão de pessoas) em 12 meses.

Na comparação com trimestres móveis, os grupamentos de atividade que ajudaram a subir a ocupação foram transporte, armazenagem e correio (4,5%, ou mais 247 mil pessoas), informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (1,9%, ou mais 241 mil pessoas) e outros serviços (3,1%, ou mais 164 mil pessoas).

De acordo com a coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy, é comum uma estabilidade da população ocupada no trimestre encerrado em janeiro, ou até mesmo uma queda dessa população, mas não foi o que aconteceu em 2024. "Pelo contrário, vemos uma expansão da ocupação", apontou.

O número de empregados com carteira de trabalho no setor privado chegou a 38 milhões, alta de 0,9% (ou mais 335 mil trabalhadores) entre os trimestres seguidos e de 3,1% (ou mais 1,1 milhão) ante o mesmo período do ano passado.

INFORMALIDADE

Já a quantidade de empregados sem carteira no setor privado (13,4 milhões) ficou estável no trimestre e cresceu 2,6% (mais 335 mil pessoas) no ano.

A taxa de informalidade foi de 39% da população ocupada. Isso representa 39,2 milhões de trabalhadores informais. O percentual é estável em relação ao mesmo trimestre móvel de 2023.

O rendimento real do trabalhador fechou janeiro de 2024 em R$ 3.078. Esse valor aponta alta de 1,6% no trimestre e 3,8% em 12 meses.

A Pnad Contínua traz informações de uma amostra de 211 mil domicílios de 26 estados e do Distrito Federal.

PETROLEIROS

FUP pede a Petrobras que apure vazamento

DENISE LUNA/AE

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) vai pedir que a Petrobras abra uma investigação sobre o vazamento de uma outra apuração que está em curso na empresa, direcionada às declarações feitas pelo coordenador-geral da entidade, Deyvid Bacelar, contra a venda da Refinaria de Mataripe, antiga Refinaria Landulpho Alves (Rlam).

A FUP credita o vazamento a "funcionários de alto escalão da empresa", que teriam vazado informações de um processo que deveria correr em sigilo. A informação foi publicada ontem em uma coluna do jornal O Globo. Segundo apurou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), o pedido de investigação contra Bacelar foi determinado por um membro do Conselho de Administração.

"A atitude viola o código de ética da companhia e demonstra a existência de setores informais de informação paralela na empresa, tal como era comum no governo anterior", afirmou a FUP em nota, referindo-se ao governo Bolsonaro.

A entidade disse ainda que Bacelar desconhece o processo e que se de fato a investigação existir, ela deveria ser sigilosa.

"Processos de cunho administrativo são sigilosos. Causa estranheza o vazamento para a imprensa antes mesmo da notificação da parte interessada", disse Bacelar, em nota, deixando claro que, se for notificado, a defesa analisará se trata de abuso de autoridade do denunciante ou de tentativa de intimidação contra a liberdade de manifestação e de expressão de um dirigente sindical. "Essa quebra de sigilo é típica de períodos autoritários e que foram praticados recentemente pela Abin paralela", ressaltou.

CÚPULA

Inclusão financeira e renegociação de dívidas são debatidas no G20

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O diretor de assuntos internacionais e gestão de riscos corporativos do Banco Central, Paulo Picchetti, fez ontem um balanço preliminar das reuniões da trilha de finanças do G20. Segundo ele, entre os assuntos que têm sido muito discutidos nas reuniões do G20 está a inclusão financeira.

"Pegar as pessoas que estão à margem do sistema financeiro e conseguir incorporá-las, não só no sentido de quantidade, mas de qualidade. Você dar às pessoas acesso a crédito é um passo fundamental para garantir que elas tenham melhores condições de vida. E que isso seja sustentável", disse.

A afirmação foi feita a jornalistas que acompanham a Reunião de Ministros de Finanças e presidentes de Banco Central do G20, evento realizado no Pavilhão da Bienal, no Parque Ibirapuera, em São Paulo.

O diretor do Banco Central falou que mecanismos brasileiros de pagamentos digitais como o PIX, que tem aumentado o acesso dos brasileiros ao mercado financeiro e a condições de crédito, foram citados durante as reuniões. "Isso está sendo muito discutido. E também questões tecnológicas. Estamos vendo vários esforços simultâneos – e o Brasil é um deles - para criar uma moeda digital, um sistema de tokenização de ativos (transformação de ativos físicos em digitais)", falou.

Outro tema que tem permeado as discussões, citou, é a renegociação de dívidas de países mais vulneráveis. "Temos estabelecido inicialmente, dentro do arcabouço do G20, mas com apoio de bancos multilaterais e do FMI (Fundo Monetário Internacional), a questão da negociação de dívidas dos países menos favorecidos".

Picchetti disse ainda que há um consenso entre os países que compõem o G20 sobre a necessidade de se implementar mecanismos financeiros para combater as mudanças climáticas e as desigualdades. "Estamos construindo um mundo mais justo e um planeta sustentável. Cada uma dessas duas afirmações tem muita coisa importante por trás. A parte do mundo mais justo é a preocupação de todos. Isso foi colocado pela presidência brasileira e foi, de forma muito enfática, apoiada por todos os participantes do G20. E a questão de se retomar o crescimento, mas com condições de igualdade", disse ele.

INFLAÇÃO

Questionado sobre a inflação, ele disse que há um consenso no G20 de que os programas de transferência de renda, feitos principalmente para combater a pandemia do novo coronavírus, aumentaram a procura, "contribuindo para a elevação dos preços no mundo inteiro". Mas, segundo ele, o mundo está vivendo um processo de desinflação.

"Tivemos um processo de aumento da taxa de juros para combater o diagnóstico de inflação. Mas o momento que vivemos hoje é de sucesso: o mundo inteiro está vendo desinflação, embora em diferentes graus. Mas a direção é comum a todos os países. Estamos vivendo uma desinflação. Mas não chegamos lá ainda. Falta o último quilômetro da corrida. Não se ganha uma corrida, ficando em primeiro lugar antes de completar a última parte do trajeto. Nós temos que completar a última parte do trajeto. Isso é fundamental não só por uma questão de estabilidade macroeconômica, mas voltando à questão da desigualdade. O elemento mais perverso para a população menos favorecida é a inflação, principalmente a que vivemos nos últimos tempos, que foi a inflação de alimentos", concluiu.

ABRAS

Consumo na Páscoa deve crescer até 15%

ARAMIS MERKI II/AE

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) projeta que o consumo na Páscoa de 2024 deve crescer de 13% a 15% em volume na comparação com 2023. Além disso, a expectativa é de aumento de preços de ovos de páscoa de 20%, em média.

"O que reforça este crescimento esperado é que as empresas se planejam melhor para a data este ano. Além disso, percebemos mais lançamentos de produtos", aponta o vice-presidente da entidade, Marcio Milan.

A Páscoa de 2023 teve excelente desempenho, segundo Milan. Ainda assim, pela data em que será o feriado em 2024, a Abras espera um estímulo maior porque pagamentos como o do Bolsa Família já terão sido feitos. Entre outros fatores que contribuem para um otimismo do setor, estão o pagamento de R$ 28 bilhões em PIS/Pasep durante o primeiro trimestre, R$ 3 bilhões a mais que no calendário de 2023 no mesmo período.

INVESTIMENTOS

Mercadante: carteira de crédito do BNDES cresce R$ 35 bilhões em 2023

JULIANA GARÇON/AE

A carteira de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) somou R$ 515 bilhões em 2023, acréscimo de R$ 35 bilhões em relação ao ano anterior, incremento de 7,4%. A informação foi dada na tarde de ontem, pelo presidente do banco de fomento, Aloizio Mercadante (**foto**). O BNDES apresentará os resultados do ano passado na segunda-feira.

Mercadante comentou que diferenças metodológicas fazem com que exista, todos os anos, uma diferença no valor da carteira de crédito do BNDES reconhecida pelo Banco Central e no valor que o próprio banco de fomento contabiliza.

O BNDES divulga uma carteira um pouco maior, explicou, porque os BC não incorpora, em suas contas, as debêntures - que somaram R$ 22,9 bilhões -, o Finame na íntegra - R$ 29,7 bilhões - e residuais do BNDESPar - R$ 866 milhões. Assim, para o BC, o saldo de 2023 foi de R$ 472,1 bilhões.

LULA MARQUES/ABRASIL

Mercadante participou na tarde de hoje da assinatura de acordo de cooperação com a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) para ampliação da comunicação e intercâmbio de experiências e para estudos de temas relevantes.

Ele comentou que a parceria fechada ontem não é a primeira do BNDES no sentido de intercâmbio e colaboração com o Judiciário. "Fizemos parceria com STF e estamos estudando litigância do Estado", disse.

O tempo que os processos demoram para ser digeridos no Brasil tem impacto na eficiência da economia, frisou o presidente do banco de fomento.

O juiz federal Nelson Alves, presidente da Ajufe, destacou a abertura para o debate com o banco. "Estamos prontos para diálogo com transmissão de conhecimento em parceria com o BNDES "

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

encruzo novo transmissora

ENCRUZO NOVO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 12.285.462/0001-81

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2/

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	552	34
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	3.446	1.904
Concessionárias e permissionárias	10	2.175	1.278
Ativo de contrato	11	11.869	11.347
Outros ativos		1.242	815
Total do ativo circulante		**19.284**	**15.378**
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	1.471	1.453
Ativo de contrato	11	119.578	118.372
Total do realizável a longo prazo		**121.049**	**119.826**
Imobilizado e Intangível		1.050	1.059
Total do imobilizado + intangível		**1.050**	**1.059**
Total do ativo não circulante		**122.099**	**120.884**
Total do ativo		**141.383**	**136.262**

	Nota	2023	2022
Fornecedores		275	310
Financiamento	12	4.150	4.123
Salários e encargos a pagar		268	235
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13	4.296	3.384
Outros impostos e contribuições a recolher		102	39
Pis e Cofins diferidos	14	433	414
Dividendos	23 (b)	13.732	11.634
Encargos setoriais		541	498
Outros passivos		1.197	1.356
Total do passivo circulante		**24.994**	**21.993**
Financiamento	12	8.892	12.867
Pis e Cofins diferidos	14	4.365	4.321
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	15.572	15.384
Adiantamento para futuro aumento de capital	23 (c)	14.593	14.593
Total do passivo não circulante		**43.422**	**47.165**
Total dos passivos		**68.416**	**69.158**
Capital social	17 (a)	33.000	33.000
Reserva de lucros	17 (b)	39.967	34.104
Total do patrimônio líquido		**72.967**	**67.104**
Total do passivo e patrimônio líquido		**141.383**	**136.262**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	11.168	11.424
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**11.168**	**11.424**

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	18	**20.424**	**18.231**
Pessoal		(1.163)	(882)
Material		(106)	(103)
Serviços de terceiros	19 (a)	(3.636)	(1.950)
Outros	20	(1.170)	(452)
Custos operacionais		**(6.075)**	**(3.387)**
Lucro bruto		**14.349**	**14.844**
Pessoal		-	(7)
Serviços de terceiros	19 (b)	(367)	(507)
Outros		(27)	(15)
Despesas operacionais		**(394)**	**(529)**
Resultado antes do resultado financeiro		**13.955**	**14.315**
Receitas financeiras		626	700
Despesas financeiras		(1.567)	(1.799)
Resultado financeiro	21	**(941)**	**(1.099)**
Resultado antes dos impostos		**13.014**	**13.216**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.658)	(1.571)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(188)	(221)
Imposto de renda e contribuição social	22	**(1.846)**	**(1.792)**
Lucro líquido do exercício		**11.168**	**11.424**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**33.000**	**3.246**	**16.427**	**8.434**	**-**	**61.107**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.424	11.424
Reserva legal	17 (b)	-	571	-	-	(571)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	(5.427)	(5.427)
Retenção de lucros	17 (b)	-	-	5.427	-	(5.427)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**33.000**	**3.817**	**21.854**	**8.434**	**-**	**67.104**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.168	11.168
Reserva legal	17 (b)	-	558	-	-	(558)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	(5.305)	(5.305)
Dividendos adicionais propostos	17 (b)	-	-	-	5.305	(5.305)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**33.000**	**4.375**	**21.854**	**13.739**	**-**	**72.967**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		11.168	11.424
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	188	221
- Imposto de renda e contribuição social correntes		1.658	1.571
- Pis e Cofins diferidos		63	74
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(611)	(689)
- Juros e correção monetária sobre financiamento	12	1.370	1.669
- Ativo de contrato - remuneração	11	(13.076)	(12.887)
		760	**1.383**
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		(897)	408
- Ativo de contrato	11	11.348	10.854
- Outros impostos e contribuições a recuperar		-	1
- Outros ativos		(426)	(26)
- Fornecedores		(35)	(224)
- Salários e encargos a pagar		33	29
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		(134)	(199)
- Outros impostos e contribuições a recolher		63	60
- Encargos setoriais		44	48
- Outros passivos		(162)	585
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**10.594**	**12.919**
Impostos pagos sobre o lucro		(611)	(558)
Financiamentos - pagamento de juros	12	(1.231)	(1.542)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**8.752**	**10.819**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(14.450)	(14.223)
Títulos e valores mobiliários - resgates		13.501	17.269
Imobilizado e intangível		9	1
Caixa (utilizado) proveniente das atividades de investimento		**(940)**	**3.047**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	23 (b)	(3.207)	(12.001)
Financiamentos - pagamento de principal	12	(4.087)	(4.044)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(7.294)**	**(16.045)**
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		**518**	**(2.179)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		34	2.213
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**552**	**34**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional: A Encruzo Novo Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 18 de junho de 2010 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo"). A companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 5.710 e R$ 6.615 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, devido à constituição dos dividendos a pagar para sua controladora. No entendimento da Administração a geração de caixa da Companhia não é afetada e é suficiente para quitar suas obrigações de curto prazo, pois no que diz respeito ao pagamento desta obrigação, os acionistas podem utilizar esse recurso como aporte de capital. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 26 de fevereiro de 2024. Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas como políticas contábeis materiais (em 31 de dezembro de 2022: "principais políticas contábeis") em determinados casos, de acordo com as alterações. **3.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **3.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **3.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **3.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e/ou financeiro e alíquota de 15% e adicional de 10% (IRPJ) e alíquota de 9% (CSLL). A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar sobre a base de cálculo presumida, conforme a receita da Companhia. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.5 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

José Mauricio Scovino de Souza
Diretor Técnico

Marcus Hansen Balata
Diretor Financeiro

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos

Continua

Continuação...

encruzo novo transmissora

ENCRUZO NOVO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 12.285.462/0001-81

objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

Economia

SERASA

Pedidos de recuperação judicial aumentam mais de 60% em janeiro

Em janeiro, foram realizados 149 pedidos de recuperações judiciais no país, segundo dados do Indicador de Falências e Recuperação Judicial da Serasa Experian. O número representa uma alta de 62% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Em relação a dezembro de 2023, o aumento foi de 46,1%.

A maior parte dos requerimentos do período são de Micro e Pequenas empresas, com 99 pedidos de recuperação judicial. Em seguida estão as Médias (32) e Grandes companhias (18). O setor de Serviços foi o que teve o maior volume das requisições no período. Comércio ficou em segundo lugar, seguido pelos setores da Indústria e Primário.

"O aumento nas solicitações de recuperações judiciais é um reflexo do crescimento das empresas que se viram diante da iminência da insolvência, que no ano passado registrou recorde de inadimplência, com 6,6 milhões de CNPJs negativados. Apesar dos sinais de melhoria terem começado a surgir, como a queda da inflação e das taxas de juros, no contexto da recuperação judicial, a resposta é mais demorada", comenta o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi, em comunicado publicado no site da organização.

O indicador da Serasa Experian se baseia no levantamento mensal das estatísticas de falências (requeridas e decretadas) e das recuperações judiciais e extrajudiciais registradas mensalmente na base de dados da Serasa Experian, provenientes dos fóruns, varas de falências e dos Diários Oficiais e da Justiça dos estados.

FALÊNCIAS

Os pedidos de falências registram queda de 4,2%, passando de 72 pedidos em janeiro de 2023 para 69 em janeiro de 2024. Em relação a dezembro de 2023 (48 requisições), o aumento foi de 43,8%. As Micro e Pequenas empresas também ficaram com a maior parte dos requerimentos no período (38), seguida por Médias (16) e Grandes (15).

SUPER-RICOS NA MIRA

Haddad quer proposta ambiciosa para taxação de grandes fortunas

DANIEL MELLO/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o Brasil vai trabalhar para que o G20 faça uma declaração "ambiciosa" a respeito da tributação dos super-ricos.

Os trabalhos do grupo - que reúne as maiores economias mundiais - estão sob presidência brasileira. No discurso que abre o último dia de encontro na capital paulista, Haddad enfatizou que tem como principal objetivo construir a cooperação internacional para taxar grandes fortunas.

"Quero anunciar que essa presidência buscará construir uma declaração do G20 sobre tributação internacional até nossa reunião ministerial, em julho. Consultaremos todos os membros e trabalharemos em conjunto para termos um documento equilibrado, porém ambicioso, que reflita as nossas legítimas aspirações", afirmou, ao participar presencialmente do encontro pela primeira vez.

No início da semana, o ministro testou positivo para Covid-19. Novos exames, na quarta-feira e na manhã de ontem indicaram o fim do risco de transmissão da infecção. Assim, Haddad pode abrir presencialmente os trabalhos do grupo. "Tinha comprado um terno novo, um sapato novo e uma gravata nova para estar aqui com vocês", brincou, ao lamentar ter que discursar por transmissão de vídeo nos dias anteriores.

TRIBUTAÇÃO

Para embasar a posição pela necessidade de tributação das famílias mais ricas do mundo, Haddad apresentou dados do relatório do EU Tax Observatory, que apontou que os bilionários ou não pagam nada, ou pagam, no máximo, 0,5% de impostos sobre o que acumulam. "Colegas, eu, sinceramente, me pergunto como nós, ministros da Fazenda do G20, permitimos que uma situação como essa continue."

Segundo o ministro, esse pequeno grupo de pessoas se aproveita de "buracos" nos sistemas tributários para evitar o pagamento de tributos. Por isso, Haddad vê o tema também sendo tratado por outras organizações internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que aprovou medidas para taxar empresas multinacionais.

"Quero saudar o fato de que a maioria dos países do mundo expressou claramente o desejo de aprofundar a cooperação tributária internacional por meio de uma Convenção das Nações Unidas. No final do ano passado, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução 78/230, abrindo assim uma nova avenida para a tributação internacional", acrescentou, sobre as tratativas que são feitas na ONU.

Na reunião desta quinta-feira, o economista francês Gabriel Zucman apresentará uma proposta de forma de tributação internacional para os super-ricos. "Sei que há diferentes visões sobre o tema na sala, mas espero que a apresentação seja informativa e abra caminho para futuras discussões baseadas em evidências", disse Haddad sobre o convite ao professor.

COMBUSTÍVEL

Petrobras iniciará venda de diesel verde em SP em março

POR BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O Diesel R5, também conhecido como "diesel verde", passará a ser comercializado pela Petrobras em São Paulo a partir da primeira semana de março. O combustível é considerado menos poluente por emitir menos gases do efeito estufa. O anúncio de início de venda no maior mercado consumidor do país foi feito pela estatal ontem.

O diesel verde é produzido por coprocessamento de derivados de petróleo (parcela mineral) com matérias-primas de origem vegetal, como óleo de soja. O combustível sai da refinaria com 95% de parcela mineral e 5%, renovável. De acordo com a Petrobras, a redução das emissões associada à parcela renovável é de, ao menos, 60% em comparação com o diesel mineral.

A estatal é pioneira na geração do combustível, que já é comercializado pela Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná. A empresa classifica que as vendas no estado do sul do país atingiram o estágio de consolidadas. Em São Paulo, a comercialização será feita pela Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão.

Além do benefício ambiental, o diesel verde pode ser utilizado sem a necessidade de adaptações nos veículos. "É um produto com alta estabilidade e isento de contaminantes, o que garante durabilidade e desempenho dos motores", afirma a empresa.

Além da Repar e da Refinaria de Cubatão, duas outras unidades fazem testes para produção do Diesel R5. A Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e a Refinaria de Paulínia, em São Paulo.

TRANSIÇÃO

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de biocombustíveis, sendo superado apenas pelos Estados Unidos.

Segundo o diretor de Comercialização, Logística e Mercados da Petrobras, Claudio Schlosser, a comercialização do Diesel R5 em Cubatão reforça a estratégia da empresa em produzir combustíveis mais sustentáveis. "Reflete o avanço dos investimentos da companhia em descarbonização. Esse é mais um passo da Petrobras para aumentar a oferta do diesel com conteúdo renovável e atender ao mercado que busca soluções sustentáveis para a redução de suas emissões", diz.

FERROVIA

Consórcio vence leilão de trem que irá ligar SP a Campinas

Bruno Bocchini/ABrasil

O leilão de concessão patrocinada das novas linhas ferroviárias que ligarão a capital paulista a Campinas (SP) foi vencido pelo único participante do certame, o consórcio C2 Mobilidade Sobre Trilhos, formado pelas companhias Comporte e a chinesa CRRC. O leilão aconteceu ontem, na B3, em São Paulo.

O consórcio ofereceu lance com desconto mínimo, de 0,01%, ao que o estado deverá investir no novo sistema de transporte: uma contraprestação de R$ 8,06 bilhões durante os 30 anos de concessão. Além desse valor, o estado fará também um aporte inicial de R$ 8,9 bilhões, sem desconto.

Já o consórcio vencedor deverá efetuar investimentos de R$ 14,2 bilhões durante os 30 anos da concessão e será o responsável pelo projeto, financiamento execução e operação dos serviços do Trem Intercidades Eixo Norte (TIC).

TREM

O veículo ligará Campinas a São Paulo em 64 minutos, com 15 minutos de intervalo entre os trens, e com uma parada em Jundiaí. A velocidade média será de 95 km/h, podendo chegar a 140 km/h em alguns trechos. Cada trem poderá levar até 860 passageiros. A previsão é que o novo sistema de transporte fique pronto em 2031.

O consórcio também deverá realizar melhorias na Linha 7-Rubi, que já liga São Paulo a Jundiaí, e implementar o Trem Intermetropolitano (TIM) entre Jundiaí e Campinas, linha que terá 44 km de extensão, com paradas em Louveira, Vinhedo e Valinhos. O percurso será feito em 33 minutos, com velocidade média de 80 km/h, superior aos 56 km/h médios do metrô. Os trens terão capacidade para até 2.048 passageiros cada. A previsão é que o sistema fique pronto em 2029.

Em relação às tarifas, o edital de concessão prevê valor médio de R$ 50 ou menos para o serviço expresso entre São Paulo e Campinas (TIC) e de R$ 14,05 para o serviço parador intermetropolitano (TIM). Já o bilhete da Linha 7-Rubi seguirá a tarifa pública, atualmente de R$ 5.

FNP

Frente Nacional dos Prefeitos propõe desoneração escalonada da folha

SHEYLA SANTOS/AE

A Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) divulgou nota ontem, propondo que a desoneração da folha de pagamentos dos municípios seja realizada de forma escalonada. A proposta da Frente ocorre após recente decisão do governo, que restabeleceu nesta semana a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores econômicos. O governo, no entanto, manteve o trecho da decisão que tratava da reoneração da folha dos municípios.

O escalonamento de alíquotas proposto se daria, segundo a FNP, em função da Receita Corrente Líquida (RCL) per capita de cada município, com uma maior desoneração para os municípios com RCL per capita menor.

"A proposta de contemplar linearmente apenas os municípios de até 156,2 mil habitantes, com a redução de alíquota de 20% para 8%, e alijar os demais, é inconstitucional e injusta", diz a entidade em nota, acrescentando que a RCL per capita identifica se os territórios são subfinanciados, independentemente do porte das cidades.

Segundo a Frente, a proposta de escalonamento deverá ser tratada em instâncias técnicas do Conselho da Federação, antes de ser enviada ao Congresso Nacional.

ABRAS

Consumo nos lares sobe 1,2% em janeiro

BRUNO BOCHINI/ABRASIL

O consumo nos lares brasileiros registrou alta de 1,2% em janeiro em comparação com o mesmo mês de 2023. Em relação a dezembro, houve queda de 22%. Os dados, divulgados ontem são da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

"O consumo recua tradicionalmente no início do ano devido ao pagamento de impostos e despesas com educação. A exemplo dos anos anteriores, ele tende a ser maior no final do trimestre, com o menor comprometimento da renda e a chegada da Páscoa", disse o vice-presidente da Abras, Marcio Milan.

A estimativa da associação é de aumento no consumo doméstico em 2024. Segundo a Abras, o ano deverá fechar com alta de 2,5%.

A cesta de produtos da Abras, com 35 itens de largo consumo, estava custando R$ 732,69 em janeiro, 2,9% a menos do que a de janeiro de 2023. Em comparação ao último mês de 2023, a cesta de janeiro de 2024 teve variação positiva de 1,4%.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 99122-4278

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.762.124/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.S.as, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Companhia, no exercício não realizou e/ou promoveu nehuma mudança administrativa nem programas de racionalização de custos, bem como qualquer reorganização societária que influenciasse e/ou modificasse os planos operacionais e estratégicos. A evolução de suas operações e os principais faos ocorridos no exercício poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e notas explicativas. Colocamo-nos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente -** Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – BKR - Lopes, Machado Auditores, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Betapart Participações S.A. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024. Betapart Participações S.A.

Balanço Patrimonial - Em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	538	600
Tributos a recuperar	5	21	14
		559	**614**
		559	**614**

Passivo e Patrimônio líquido:	Nota	2023	2022
Patrimônio líquido:	7		
Capital social		726	726
Prejuízos acumulados		(167)	(112)
		559	**614**
		559	**614**

Demonstração do Resultado
Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído por ação - em R$)

Receitas (Despesas) operacionais:	Nota	2023	2022
Outras receitas operacionais	10	14	-
Despesas administrativas	9	(104)	(99)
Despesas de serviços do sistema financeiro		(16)	(15)
Despesas com impostos e taxas diversas		(22)	(20)
Resultado antes do resultado financeiro		**(128)**	**(134)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	11	73	71
Prejuízo do período		**(55)**	**(63)**
Prejuízo básico e diluído por ação	7.c	**(0,01997)**	**(0,02283)**
Quantidade média ponderada de ações	7.c	**2.761.620**	**2.761.620**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Prejuízo líquido do exercício	(55)	(63)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	**(55)**	**(63)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**726**	**(49)**	**677**
Prejuízo do exercício	-	(63)	(63)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**726**	**(112)**	**614**
Prejuízo do exercício	-	(55)	(55)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**726**	**(167)**	**559**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício		(55)	(63)
Prejuízo do período ajustado		(55)	(63)
Redução (aumento) de ativos:			
Tributos a recuperar		(7)	11
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(62)**	**(52)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	600	652
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	538	600
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(62)**	**(52)**

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

Insumo adquiridos de terceiros	2023	2022
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(120)	(114)
Valor adicionado bruto	(120)	(114)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	73	71
Outras receitas operacionais	14	-
Valor adicionado total a distribuir	**(33)**	**(43)**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	22	20
Prejuízo do exercício	(55)	(63)
Valor total distribuído	**(33)**	**(43)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31/12/2023 e 2021
(Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: A Betapart Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, a participação em empreendimentos imobiliários e, como cotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. Até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais, apresenta prejuízos acumulados e vem apresentando prejuízo recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Bases de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis - a. Declaração de conformidade -** As Demonstrações Contábeis foram preparadas de com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações, e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Assim como, estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das Demonstrações Contábeis foi aprovada pela Administração em 07 de fevereiro de 2024. **b. Base de mensuração -** As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo. **c. oeda funcional e de apresentação -** As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d. Uso de estimativas e julgamentos -** A elaboração das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às Demonstrações Contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2022. **2.2. Pronunciamentos emitidos e interpretações emitidas recentemente -** Não houve alterações significativas, para essas Demonstrações Contábeis, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022. **3 - Principais Práticas Contábeis -** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **a) Apuração do resultado -** O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Instrumento Financeiros - *(i) Caixa e equivalentes de caixa -*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 (noventa) dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme nota explicativa nº 4. ***(ii) Ativos financeiros não derivativos -*** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(iii) Passivos financeiros não derivativos -*** Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. ***(iv) Instrumentos financeiros derivativos -*** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. ***(v) Hierarquia de valor justo -*** A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo: Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração. Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis. **c) Tributos a recuperar -** São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais, conforme nota explicativa 6. **d) Imposto de renda e contribuição social -** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O IRPJ é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no exercício de 12 meses, enquanto que a CSLL é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos, quando aplicável. **e) Resultado básico e diluído por ação -** O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período, conforme nota explicativa 7c. **f) Demonstração do valor adicionado -** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis. **g) Demonstração dos fluxos de caixa -** As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (a)	538	600
	538	**600**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração média foi de 102% do CDI (100,89% em 31 de dezembro de 2022). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

Fundo	Nível	Administrador	31/12/2023 Quant. de Cotas	31/12/2023 Valor	31/12/2022 Quant. de Cotas	31/12/2022 Valor
Opportunity Top DI FIC FIRF	1	BNY Mellon	85.900	528	104.903	570
Itaú Top DI FIC FI Ref.	1	Banco Itaú	1.573	10	5.194	30
				538		**600**

5 - Tributos a Recuperar	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ 2023	10	-
IRPJ 2022	11	10
IRPJ 2021	-	4
	21	**14**

6 - Contingência Passiva não Provisionada - Em junho de 2019 a Companhia ingressou com uma ação contra o Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro ("CRA/RJ"), pleiteando a declaração de inexigibilidade do registro da Companhia perante a Autarquia, o cancelamento do referido registro e devolução das anuidades pagas. Esta ação transitou em julgado em outubro de 2021, tendo como resultado o deferimento dos pedidos da Companhia, em especial, a devolução das anuidades pagas desde o ano de 2015, perfazendo o valor de R$17. Em maio de 2022 o CRA/RJ ingressou com uma ação rescisória a fim de impugnar a decisão obtida no âmbito da ação original descrita acima, alegando que somente são passíveis de restituição as anuidades pagas relativas ao período após a propositura da ação original ou a partir do pedido de cancelamento do registro na esfera administrativa. Em 28 de Agosto de 2023, foram devolvidos os valores das anuidades pagas nos anos de 2015 a 2019, perfazendo o valor total corrigido de R$18. **7 - Patrimônio Líquido: a) Capital social -** O capital social subscrito e integralizado está representado por 2.761.620 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de decisão em Assembleia, até o limite de R$10.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. **b) Dividendos -** Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2023, portanto, não houve proposta para distribuição de dividendos. **c) Prejuízo básico e diluído por ação -** Conforme requerido pelo CPC 41 (Resultado por ação), foram reconciliados o prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	Prejuízo do exercício	Quantidade de ações	Resultado por ação
31/12/2022	(63)	2.761.620	(0,02283)
31/12/2023	(55)	2.761.620	(0,01997)

8 - Partes Relacionadas: A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o período. **9 - Despesas Administrativas:** Está representado pelo montante de R$53 (R$47 em dezembro de 2022) referente as despesas com anuidade da B3 S.A, despesas com publicações R$20 (R$21 em dezembro de 2022) e R$31 (R$31 em dezembro de 2022) com serviços de auditoria externa. **10 - Outras Receitas Operacionais:** Está representado pelo montante de R$14 referente a recuperação de anuidades pagas ao Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro conforme descrito na nota explicativa nº 5, além deste valor foram pagos mais R$4 referente a juros de atualização. **11 - Receitas Financeiras:** Representado pelo montante de R$67 (R$71 em dezembro de 2022) referentes ao rendimento de aplicações financeiras e R$6 referente a outras receitas financeiras. **12 - Estrutura do Gerenciamento de Risco:** A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. ***Risco de crédito -*** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco. ***Risco de liquidez -*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. ***Risco de juros e taxa de câmbio -*** A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. ***Riscos Fiscais -*** As declarações de IRPJ apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição. ***Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros -*** O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade, deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumento financeiro. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2023:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador Aplicações financeiras	CDI (*)	9,0%	6,75%	4,50%
R$538 em 31 de dezembro de 2023	-	48	36	24

(*) Relatório Focus – Bacen. **13 - Cobertura de Seguros (não auditado):** Não foi contratado nenhum tipo de seguro.

DIRETORIA
Norberto Aguiar Tomaz — Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim
Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/0-8

Relatório dos Auditores Independentes
Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Betapart Participações S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Betapart Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Betapart Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA -** Conforme descrito na nota explicativa nº4, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no montante de R$538 mil, que representam, aproximadamente, 96% do Ativo da Companhia. Essas cotas de fundos de investimentos são precificadas pelo administrador do fundo de acordo com a política de remuneração estabelecida no regulamento do fundo e registradas ao seu valor justo por meio do resultado. Consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como o principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria -** Realizamos o recálculo dos rendimentos auferidos sobre o respectivo ativo financeiro, bem como a verificação da existência dessas cotas pelo recebimento da confirmação independente junto à instituição financeira administradora do fundo de investimento. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas nº3 (b) e nº4. Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as contas de fundos de investimento, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - *Demonstração do valor adicionado -*** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior -*** As demonstrações contábeis da Betapart Participações S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório datado de 01 de março de 2023, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024.

BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5
Independent Member of - BKR International

Mário Vieira Lopes — Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0
Marcio Alves Gonçalves Marçal — Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8

Diário do Acionista
publicidade@diariodoacionista.com.br
Tels.: (21) 99122-4278
Tels.: (11) 2655-1899

VERÃO: Sol com poucas nuvens. Chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 27º 21º 85% 06:00 18:33

Acionista

TOP BUSINESS

Por Ediana Avelar

Coelhinho da Páscoa...

Está chegando a época mais doce do ano! E o cenário é positivo. O ovo de Páscoa representa cerca de 70% de todo total de chocolate consumido em um ano e, segundo a APAS (Associação Paulista de Supermercados), a expectativa é que as vendas de chocolates, incluindo os ovos de Páscoa, cresçam 4,5% em 2024. Segundo a projeção, o aumento nas vendas se deve à melhora dos indicadores de emprego, crédito e renda no país. O Brasil ocupa hoje o segundo lugar no ranking mundial de consumo de ovos de Páscoa, tendo movimentado R$ 12 bilhões em vendas no ano de 2023, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas (ABICAB).

... Chocolate e experiência no Playcenter

A Cacau Show, maior empresa de chocolates do Brasil (25% do mercado nacional) e campeã de vendas de ovos de Páscoa, anunciou em coletiva de imprensa a compra do Grupo Playcenter (Playcenter e Playland). Em 2023, a empresa impressionou com a venda de mais de 250 milhões de ovos, dominando cerca de 25% do mercado nacional. Com quase 35 anos de existência, o objetivo do novo empreendimento, segundo Alexandre Costa, CEO da Cacau Show, é ampliar os negócios no campo do entretenimento. A ideia é que seja construído um novo parque temático inspirado nas grandes franquias internacionais.

Futebol no streaming impulsiona marcas

A live do canal do YouTube, Cazé TV, exibida no último mês, durante a partida entre Corinthians e São Paulo, colocou frente a frente duas das três maiores torcidas do país. Isso atraiu os holofotes para os dois times e possibilitou um aumento nas buscas no Google pelas marcas que patrocinaram a partida e a sua transmissão no canal de esportes, apontou estudo da Tunad, empresa de Inteligência de Mídia. Tamanha discussão colocou o canal e suas marcas no pódio de buscadores no Brasil. Segundo o levantamento da Tunad, o aumento das buscas pelas marcas “Localiza”, “Puma” e “Clear” teve um crescimento de mais de 670%.

Vagas para ‘swiftie” na Diversidade Criativa

Interessado em aprofundar os motivos que expliquem as tendências culturais e a cosmovisão de um super fã, o Museu Britânico Victoria and Albert está em busca de especialistas da cantora Taylor Swift para entender, por exemplo, o que é relevante por trás dos figurinos e acessórios cultuados e usados pelos púbicos da mega star nos shows, e que acabam por influenciar os futuros padrões de consumo e comportamento de uma legião de pessoas. Há vagas para outros consultores: especialistas em Crocs, Drag Queens, Emojis e outros.

Era Pós-cookies para as marcas

Com a previsão do fim dos cookies no segundo semestre de 2024 as marcas buscam por novos caminhos no relacionamento com seus públicos. A 39ª edição do Data Stories, do Kantar Ibope Media, discute como as inovações tecnológicas e estratégicas a partir de dados 1st-party (dados proprietários coletados diretamente dos consumidores pelas empresas) e integrações de tecnologias colaborarão para viabilizar uma publicidade que alie personalização à privacidade em um mundo pós-cookies. O grande desafio será o de como unificar métricas e mapeamento da jornada do consumidor nos múltiplos canais.

Monitoramento contra a concorrência desleal

A BrandMonitor, especialista na proteção de marca no Google Ads, soma atualmente em seu portfólio mais de 150 marcas protegidas, incluindo grandes players como Ticket, Alura, Itaú, Serasa, Riachuelo, Inter e XP Investimentos. Diferenciando-se das práticas comuns do mercado internacional, a empresa não se limita apenas ao monitoramento. Utilizando tecnologia própria integrada ao serviço, a empresa se responsabiliza pela resolução completa dos problemas de concorrência desleal dos seus clientes. “As empresas lá de fora, normalmente, oferecem apenas o monitoramento, deixando os clientes sem um plano claro de ação. Nossa abordagem exclusiva nos permite fornecer resultados tangíveis, incluindo uma redução significativa nos gastos com marketing e um aumento nas vendas para nossos clientes”, diz Diego Daminelli, CEO e Fundador da BrandMonitor

Marcas mais valiosas

A BRF anunciou que obteve o seu melhor desempenho desde 2016, com um lucro líquido de 754 milhões de reais no quarto trimestre do ano passado. A performance é resultado da gestão Marfrig, iniciada em maio de 2022, que tem como foco a melhoria da eficiência operacional, a redução da alavancagem e a valorização de marcas icônicas da companhia, como Sadia, Perdigão e Qualy.

Mais que números no Compliance

Na Governança Corporativa deve-se também observar aspectos importantes da Comunicação nas empresas. O 'Manual de Compliance para a Comunicação Corporativa', de Manoel Marcondes Machado Neto, propõe que a Comunicação migre da periferia para o centro das preocupações do gestor. Com a preponderância da internet e das redes sociais, a Comunicação deve estar também no centro das preocupações organizacionais. O Manual compõe o Sistema 5R-INDEX de aferição da transparência ativa. Ao adquirir o livro ganha-se também o acesso ilimitado à ferramenta, que roda em nuvem.

ALESP

Projeto que autoriza guardas civis a aplicarem multas de trânsito avança

JULIA CAMIM/AE

Projeto de lei que autoriza a atuação da Guarda Civil Municipal (GCM) na fiscalização do trânsito foi aprovado na quarta-feira passada, pela Comissão de Transportes e Comunicações da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). O projeto agora recebeu aval para seguir em tramitação na Casa. De autoria do deputado estadual Thiago Auricchio (PL), o texto permite o convênio entre o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e prefeituras.

Como justificativa para a aprovação, o texto do PL 496/2023 cita decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que alegou que as GCMs têm competência para fiscalizar o trânsito, registrar infrações e, se necessário, aplicar multas.

Outro ponto ressaltado, que menciona a Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que integrou as forças de segurança pública, é a necessidade de padronização das ações que visam prevenir e controlar a violência e criminalidade no País.

O texto que tramita na Alesp ainda reforça a importância de trabalho conjunto entre os órgãos de trânsito do Estado e as prefeituras, para que a fiscalização seja aperfeiçoada e integrada. Ainda serão definidas ações específicas com o objetivo de intensificar a realização de projetos estratégicos que buscam garantir a redução de acidentes no trânsito e maior segurança pública.

DÉFICIT HABITACIONAL

Promotores se opõem à campanha do MPSP

RAYSSA MOTTA/AE

Uma campanha lançada em janeiro pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP) para conscientizar a população sobre o déficit habitacional no Estado provocou inquietação entre promotores e procuradores de Justiça. Alguns se opõem ao conteúdo do vídeo intitulado 'Marte é aqui', um convite à reflexão sobre semelhanças das condições inóspitas do planeta vermelho com regiões de grande carência em São Paulo habitadas por famílias vulneráveis.

A repercussão interna foi tão grande que uma influenciadora, dona do perfil @ruivinhademarte, convidada para ajudar na divulgação, acabou desligada do projeto.

O material começou a ser divulgado há cerca de um mês. O que mais despertou críticas entre membros do MP foi a parceria com @ruivinhademarte. A influenciadora, que tem 6,6 milhões de seguidores no Instagram, publicou um vídeo nos stories convidando os seguidores a se engajarem no projeto.

"Se você é aqui do nosso planeta com certeza já deve ter notado que muitas pessoas investem bilhões para tornar Marte habitável. É por isso que o MPSP lança a campanha 'Marte é aqui', que é um projeto que joga luz sobre a falta de moradia digna em São Paulo e no Brasil. Então, manos e manas, você que está assistindo esse vídeo é o meu grande convidado para ajudar esse lindo projeto subindo a #marteEaqui. Nos ajude a levar essa mensagem até a via láctea, além de marte, além de todo o universo", disse a influenciadora.

Promotores e procuradores logo começaram a questionar a associação da influenciadora à imagem do Ministério Público. Eles resgataram um vídeo de humor em que a influencer simula usar tornozeleira eletrônica. A situação virou meme em grupos de WhatsApp.

ITAIM BIBI

Ladrões sequestram e roubam homem com submetralhadora

RARIANE COSTA/AE

Criminosos portando o que aparente ser uma submetralhadora renderam e roubaram um homem de 32 anos na Rua Comendador Miguel Calfat, no Itaim Bibi, zona sul da capital. Imagens de segurança registraram o momento em que dois homens descem de um carro, revistam e obrigam pedestre a entrar no veículo na noite da segunda-feira.

No boletim de ocorrência, a vítima relatou que saiu do trabalho e, durante o caminho para casa, foi abordado por três indivíduos desconhecidos que estavam em um carro preto.

A arma utilizada aparenta ser uma submetralhadora. Em nota, a Secretaria da Segurança informou que o boletim de ocorrência registrou o armamento com um fuzil calibre .40, mas tecnicamente a descrição não se aplica. A imagem mostra um arma mais curta do que um fuzil, mas mais potente do que um revólver ou pistola, armamento mais comumente usado em assaltos nas cidades brasileiras.

Os suspeitos pegaram os pertences da vítima e exigiram os dados das contas bancárias. Em seguida, o homem foi colocado dentro do veículo mas liberado sem ferimentos pouco depois em uma avenida da região.

O caso foi registrado como roubo pela Delegacia Eletrônica e encaminhado ao 15º DP, no Itaim Bibi, área dos fatos. "Imagens de câmeras de monitoramento são analisadas e a equipe da unidade trabalha em busca de outros elementos que auxiliem na identificação e prisão dos autores", afirma a Secretaria de Segurança Pública (SSP). A arma e os suspeitos não foram localizados.

Os bairros do Morumbi e do Itaim Bibi, na zona sul de São Paulo, foram as localidades da cidade onde os roubos mais cresceram em 2023 na comparação com 2022, de acordo com dados divulgados pela Secretaria da Segurança Pública do Estado.

Foram 133 mil roubos no ano passado ante 142 mil em 2022 em toda a cidade, uma queda de 6,7%. Olhando bairro a bairro, é possível notar que, enquanto alguns tiveram quedas significativas, outros tiveram aumento de ocorrências desse tipo. No geral, 58 dos 93 distritos apresentaram redução de roubos, enquanto o crime subiu em outros 21; em 14, houve estabilidade (com 2% ou menos de variação).

As maiores altas de roubos foram no Portal do Morumbi (37%) e Itaim Bibi (28%), na zona sul, assim como na Aclimação (28%), no centro expandido.

Nota

APROVADO EM MEDICINA NA USP TEM MATRÍCULA NEGADA PELA BANCA

Um estudante aprovado em Medicina na Universidade de São Paulo (USP) teve a sua matrícula negada após a comissão de heteroidentificação da instituição de ensino não aceitar a autodeclaração racial do jovem que se identificou como pardo. O documento é solicitado para candidatos que se autodeclaram negros, de cor preta ou parda, ou indígenas. Enquanto participava da recepção com os calouros no dia 26 de fevereiro, ele recebeu um email sobre a negativa. Alisson dos Santos Rodrigues, de 18 anos, participou do Provão Paulista, novo vestibular unificado das instituições públicas de ensino superior de São Paulo criado no ano passado. Foi aprovado na USP dentro das vagas PPI (para pretos, pardos e indígenas). Após a convocação na primeira chamada, precisou encaminhar documentos para comprovar que se enquadrava na política de cotas, entre eles a autodeclaração de raça. "Eu fiquei muito feliz quando soube que fui aprovado na primeira chamada da USP, por meio do Provão Paulista. Chorei bastante e minha família ficou emocionada.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE Prazo do Edital 20 DIAS.
PROCESSO Nº 1092813-54.2022.8.26.0100

O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Leonardo Aigner Ribeiro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) TOMAS ORELLANA ROJAS, Inventariante, Brasileiro, Viúvo, Aposentado, RG 10.993.194-4, CPF 913.215.498-49, que lhe foi proposta uma ação de Outros procedimentos de jurisdição voluntária por parte de Juliana Silva e Alves e outros, alegando em síntese: Insatisfeitos com a atuação do requerido no papel de inventariante do espólio de VILMA PINTO DA SILVA ORELLANA, em especial em relação aos imóveis deixados e omissão quanto aos alugueres auferidos, ingressaram com a presente ação a fim de aclarar e reparar o quanto devido aos demais herdeiros. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de novembro de 2023.

LINHA DE TRANSMISSÃO CORUMBÁ S.A.

CNPJ nº 13.227.009/0001-81

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2/

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro (*em milhares de Reais*)

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		821	114
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	9.736	3.880
Concessionárias e permissionárias	9	3.408	3.292
Ativo de contrato	10	27.450	26.268
Outros ativos		1.387	722
Total do ativo circulante		**42.802**	**34.276**
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	2.652	2.858
Ativo de contrato	10	278.786	275.584
Total do realizável a longo prazo		**281.438**	**278.442**
Imobilizado e Intangível		773	789
Total do imobilizado + intangível		**773**	**789**
Total do ativo não circulante		**282.211**	**279.231**
Total do ativo		**325.013**	**313.507**

	Nota	2023	2022
Fornecedores		912	1.029
Financiamento	11	6.353	7.935
Salários e encargos a pagar		367	306
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	11.499	9.046
Outros impostos e contribuições a recolher		214	76
Pis e Cofins diferidos	13	949	908
Dividendos	22 (b)	6.048	5.328
Encargos setoriais		1.320	1.066
Outros passivos		865	300
Total do passivo circulante		**28.527**	**25.994**
Financiamento	11	19.310	25.319
Pis e Cofins diferidos	13	9.898	9.810
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	32.848	32.371
Total do passivo não circulante		**62.056**	**67.500**
Total dos passivos		**90.583**	**93.494**
Capital social	16 (a)	147.000	147.000
Reserva de lucros	16 (b)	87.430	73.013
Total do patrimônio líquido		**234.430**	**220.013**
Total do passivo e patrimônio líquido		**325.013**	**313.507**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro (*em milhares de Reais*)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	25.465	22.434
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**25.465**	**22.434**

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro (*em milhares de Reais*)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	17	**39.007**	**37.480**
Pessoal		(1.572)	(1.306)
Material		(124)	(147)
Serviços de terceiros	18 (a)	(3.390)	(5.241)
Provisão para perdas esperadas de créditos	9	(237)	-
Outros	19	(572)	(552)
Custos operacionais		**(5.895)**	**(7.246)**
Lucro bruto		**33.112**	**30.234**
Pessoal		(9)	(10)
Serviços de terceiros	18 (b)	(1.269)	(1.268)
Outros		(36)	(20)
Despesas operacionais		**(1.314)**	**(1.298)**
Resultado antes das despesas financeiras		**31.798**	**28.936**
Receitas financeiras		1.150	1.560
Despesas financeiras		(3.045)	(3.676)
Resultado financeiro líquido	20	**(1.895)**	**(2.116)**
Resultado antes dos impostos		**29.903**	**26.820**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.961)	(3.838)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(477)	(548)
Imposto de renda e contribuição social	21	**(4.438)**	**(4.386)**
Lucro líquido do exercício		**25.465**	**22.434**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (*em milhares de Reais*)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Rentenção de lucros	Reservas de lucros: Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		147.000	4.829	36.880	19.198	-	207.907
Dividendos adicionais propostos		-	-	(5.000)	-	-	(5.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	22.434	22.434
Reserva legal	16 (b)	-	1.122	-	-	(1.122)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	-	(5.328)	(5.328)
Retenção de lucros	16 (b)	-	-	15.984	-	(15.984)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		147.000	5.951	47.864	19.198	-	220.013
Pagamento de dividendos		-	-	(5.000)	-	-	(5.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	25.465	25.465
Reserva legal	16 (b)	-	1.273	-	-	(1.273)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	-	(6.048)	(6.048)
Dividendo adicional proposto	16 (b)	-	-	-	18.144	(18.144)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		147.000	7.224	42.864	37.342	-	234.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro (*em milhares de Reais*)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		25.465	22.434
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	477	548
- Imposto de renda e contribuição social correntes		3.961	3.838
- Provisão para perdas esperadas de créditos	9	237	-
- Pis e Cofins diferidos	13	129	156
- Títulos e valores mobiliários - rendimentos		(1.147)	(1.511)
- Juros e correção monetária sobre financiamento	11	2.672	3.422
- Ativo de contrato - remuneração	10	(30.669)	(30.220)
		1.125	**(1.333)**
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias	9	(353)	(949)
- Ativo de contrato	10	26.285	25.155
- Outros ativos		(665)	(117)
- Fornecedores		(117)	(369)
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		(234)	(360)
- Outros impostos e contribuições a recolher		138	22
- Salários e encargos		61	16
- Encargos setoriais		254	127
- Outros passivos		566	130
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**27.060**	**22.322**
Impostos pagos sobre a receita tributável		(1.273)	(1.042)
Financiamentos - pagamento de juros	11	(2.357)	(2.830)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**23.430**	**18.451**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(28.977)	(25.185)
Títulos e valores mobiliários - resgates		24.473	32.514
Imobilizado e intangível		15	(1)
Caixa (utilizado) proveniente das atividades de investimento		**(4.489)**	**7.328**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	22 (c)	-	(10.793)
Pagamento de dividendos	22 (b)	(10.328)	(9.451)
Financiamentos - pagamento de principal	11	(7.906)	(9.374)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(18.234)**	**(29.618)**
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		**707**	**(3.839)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		114	3.953
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**821**	**114**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional: A Linha de Transmissão Corumbá S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 24 de janeiro de 2011 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, com filial em Belém - PA. A Companhia tem por objeto social exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo"). **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 26 de fevereiro de 2024. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas como políticas contábeis materiais (em 31 de dezembro de 2022: "principais políticas contábeis") em determinados casos, de acordo com as alterações. **3.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **3.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto (que varia entre 9% e 16%) definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar. **3.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **3.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e/ou financeiro e alíquota de 15% e adicional de 10% (IRPJ) e alíquota de 9% (CSLL). A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.5 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

José Maurício Scovino de Souza
Diretor Técnico

Marcus Hansen Balata
Diretor Financeiro

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Linha de Transmissão Corumbá S.A - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da Linha de Transmissão Corumbá S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linha de Transmissão Corumbá S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos

Continua

Continuação...

LINHA DE TRANSMISSÃO CORUMBÁ S.A.
CNPJ nº 13.227.009/0001-81

objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Rio de Janeiro

VERÃO: Sol com algumas nuvens. Chuva à tarde e à noite. **Manhã** **Tarde** **Noite** **31º** **24º** **65%** 05:45 18:18

EPIDEMIA

Estado do Rio tem 10 mortes por dengue e 82.420 casos da doença

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O estado do Rio de Janeiro tem dez mortes por dengue e 82.420 casos prováveis da doença, segundo o painel de Arboviroses do Centro de Inteligência em Saúde da Secretaria estadual de Saúde. Em 2023, o estado registrou 51.436 casos com 36 óbitos confirmados.

O aumento dos casos de dengue levou o governo estadual a decretar epidemia no Rio de Janeiro. Entre as ações do Plano Estadual de Combate à Dengue estão o treinamento de dois mil profissionais de saúde. Além disso, foram criados 22 polos de hidratação, sendo 11 em UPAs estaduais, além de mais 11 em parceria com os municípios. Há mais 12 pedidos em análise pela secretaria, que tem capacidade para acomodar até 80 polos de hidratação em todas as regiões do estado.

No último dia 22 de fevereiro, a Secretaria Estadual de Saúde recebeu a primeira remessa de vacina contra dengue do Ministério da Saúde, destinada à faixa etária de 10 e 11 anos. A vacinação já está ocorrendo por fases e vai atingir o público até 14 anos.

Para o município do Rio, foram destinadas 141.710 doses; para Nilópolis, 3.080; Duque de Caxias, 21.113; Nova Iguaçu, 20.320; São João de Meriti, 10.806; Itaguaí, 3.365; Magé, 6.218; Belford Roxo, 12.709; Mesquita, 4.179; Seropédica, 2.159; Japeri, 2.517; e Queimados, 3.740.

O Ministério da Saúde define a dengue como uma doença febril aguda, sistêmica, debilitante e autolimitada. A maioria dos pacientes se recupera, mas parte deles pode progredir para formas graves da doença.

A quase totalidade dos óbitos por dengue é classificada pela pasta como evitável e depende, na maioria das vezes, da qualidade da assistência prestada e organização da rede de serviços de saúde.

DESMANCHE

Preso homem que desfez carro usado na morte de Marielle

RAYANDERSON GUERRA/AE

A Polícia Federal (PF) e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) prenderam na quarta-feira, o dono de ferro-velho Edilson Barbosa dos Santos, conhecido como Orelha, que foi responsável pelo desmanche do veículo usado pelos assassinos da vereadora carioca Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018.

Orelha foi denunciado pelo Ministério Público em agosto de 2023 por impedir e embaraçar as investigações do caso. Ele foi preso em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense (RJ).

De acordo com a PF, o preso foi conduzido à Superintendência Regional, no Rio, e será encaminhado ao sistema prisional.

Os investigadores chegaram ao nome de Edilson Barbosa, como um dos suspeitos, após a delação premiada do ex-policial militar Élcio Queiroz. No depoimento, Queiroz admitiu ter sido o motorista do veículo utilizado no ataque contra Marielle e acusa o também ex-PM Ronnie Lessa de ser o autor dos disparos. Segundo Élcio Queiroz, o veículo Cobalt foi destroçado por ordem de Ronnie Lessa.

"Após jogar os pedaços da placa e as cápsulas, deixamos o Maxwell (Simões, ex-bombeiro) na casa da mãe dele, porque ele disse que iria 'agitar' o sumiço do carro. Ele falou que iria procurar um conhecido nosso, cujo apelido era Orelha, que já teve agência de automóvel e trabalhava com seguro de carro e hoje em dia tem uma sorveteria (...) Depois disso fiquei sabendo através do Maxwell que esse carro de fato sumiu e que foi para o morro da Pedreira, onde havia um desmanche de carro. Quando eu perguntei para o Orelha se havia dado sumiço no carro, ele me cortava e desconversava", afirmou Élcio em delação.

O encontro com Orelha foi o último momento em que Élcio e Lessa teriam tido contato com o automóvel, segundo a delação. "Foi desse modo que nos desfizemos do veículo e das cápsulas", disse

Segundo as investigações, o ex-bombeiro Maxwell Simões, o Suel, citado no depoimento, teria ajudado a ocultar armas um dia após prisões de Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz, denunciados como autores dos crimes.

EXECUTORES

A PF informou que, após executar Marielle, os investigados teriam jogado pedaços da placa do veículo utilizado no crime nas linhas férreas dos trens urbanos do Rio de Janeiro. Dois dias após a execução, Orelha recebeu a ordem de "sumir com o automóvel". O destino teria sido um desmanche no Morro da Pedreira, na Zona Norte da cidade.

IEMA

Estado lidera ranking nacional de monitoramento da qualidade do ar

O Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA) divulgou na terça-feira passada um relatório que dimensiona o tamanho da rede de estações automáticas de qualidade no ar em todos os estados do Brasil.

O estudo mostrou que o Rio de Janeiro lidera esse ranking com 65 estações automáticas, seguido por São Paulo, com 62, e Minas Gerais, com 54. Por aqui, quem faz a gestão da qualidade do ar é o Instituto Estadual do Ambiente (Inea). O documento que levou em consideração os critérios utilizados pela União Europeia e Estados Unidos mostrou ainda que dos 26 estados do Brasil, apenas 13 possuem redes de monitoramento da qualidade do ar. Dentre as regiões, o sudeste é o que mais investe em equipamentos que medem as concentrações de gases e particulados.

Desde o início de 2023, o Rio de Janeiro, por meio do Inea, recebeu 15 estações automáticas espalhadas pelo estado. Para 2024 a meta é de inaugurar ao menos 4 estações, além de implantar o Programa Estadual de Monitoramento de Partículas Sedimentáveis já no próximo mês, em Volta Redonda, como previsto no decreto de qualidade do ar estadual, publicado em setembro do ano passado.

"Todas as nossas estações são responsáveis por captar informações sobre concentrações de gases, particulados e condições meteorológicas, como pressão atmosférica e radiação solar. Esses dados são transmitidos em tempo real para a central de telemetria do instituto, e após processados e validados, são disponibilizados à população por meio de relatórios e boletins disponíveis no portal - explicou o governador em exercício e secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade",Thiago Pampolha.

Manter uma rede de monitoramento é importante para definir o perfil da qualidade do ar no estado, já que os dados obtidos por meio desses instrumentos são utilizados na identificação e priorização dos problemas ambientais, e na formulação de políticas e metas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população fluminense.

PORTAL DA QUALIDADE

Todos os dados captados pelas estações estão disponíveis para você no Portal de Qualidade do Ar do Inea.

Explore e compreenda o panorama completo da qualidade do ar em nossa região: https://portalsigqar.inea.rj.gov.br/.

Tangará Energia S.A.
CNPJ/ME nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

São convidados os Senhores Acionistas da **Tangará Energia S.A.** a participarem da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará em sua sede social, Na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º, sala 16, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028 (Referência: entrada pela Av. Antonio Gallotti), às 14:00 horas do dia 08 de março de 2024, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) ratificar a nomeação dos peritos avaliadores contratados para preparação do Laudo de Avaliação, para fins da cisão parcial da Companhia; (ii) examinar, discutir e aprovar os termos e condições do Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Companhia; (iii) examinar, discutir e aprovar o Laudo de Avaliação preparado peritos avaliadores e, caso aprovada a Cisão Parcial, aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia; (iv) discutir e aprovar a Cisão Parcial da Companhia, proporcional ou desproporcional, com versão da parcela cindida para a sociedade **RNBL I Energética S.A.**, sociedade anônima, com sede na 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.173.752/0001-80 (v) autorizar os Diretores da Companhia a promover o arquivamento e publicação dos atos da Cisão Parcial, bem como a praticar todos os atos necessários para a sua consumação e formalização; (vi) consolidar o estatuto social da Companha; e (vii) Instruções e Informações Gerais. Rio de Janeiro, RJ, 28 de fevereiro de 2024.
Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor. (29/02, 01 e 02/03/2024)

LESTE & SUDESTE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
CNPJ nº 03.358.040/0001-06 - NIRE 33.2.0634434-9
SEGUNDO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS

Ficam convocados os senhores quotistas da **LESTE & SUDESTE SERVIÇOS GERAIS LTDA.** ("Sociedade"), nos termos do Contrato Social e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, a se reunirem em Reunião de Sócios Quotistas, sob a forma exclusivamente digital, a ser realizada no dia 13 de março de 2024, às 15:00 horas, por meio da plataforma digital **TEAMS, ID:** 257 080 376 409, **Senha:** Qfy4j9, **LINK**: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGU4NjUxMTYtMWIxNC00NDBjLTk0NTctZjY4YjkzNWQzODhj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%229c736691-f798-413b-9fe4-18b0fa31ca8c%22%2c%22Oid%22%3a%220e31b141-f300-499e-af25-38afbc3f22ae%22%7d ("Plataforma Digital" e "Reunião", respectivamente), em segunda convocação, a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes na ordem do dia ("Ordem do Dia"): (1) aprovar a inclusão das seguintes atividades ao objeto social da Sociedade: (a) atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (b) manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes; (c) obras portuárias, marítimas e fluviais; (d) transporte marítimo de cabotagem – passageiros; (e) transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia; e (f) navegação de apoio marítimo; e (2) Caso aprovada, no todo ou em parte, a inclusão das atividades listadas no item (1) da ordem do dia ao objeto social da Sociedade, aprovar a celebração da 13ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade para (a) alteração da Cláusula 3ª do Contrato Social refletindo a inclusão de atividades conforme aprovadas, e (b) consolidação do Contrato Social da Sociedade. **Informações Gerais:** (1) Documentos à disposição dos quotistas: A proposta de redação da 13ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade foi disponibilizada aos quotistas da Sociedade, nesta data, por correio eletrônico (e-mail). (2) Participação na Reunião: A Reunião será realizada de modo exclusivamente digital, sem a possibilidade de comparecimento físico, razão pela qual a participação do quotista somente poderá ser via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos da legislação. Além disso, os quotistas poderão exercer o seu direito de voto mediante o envio do boletim de voto a distância (mediante o qual deverá informar se aprova, rejeita ou abstém-se de votar a ordem do dia, podendo o boletim ser acompanhado de justificativa, manifestação ou documentos que o quotista julgue necessário apresentar). O modelo de boletim de voto a distância foi disponibilizado aos quotistas da Sociedade, nesta data, por correio eletrônico (e-mail). Para comprovar a identidade dos quotistas, será exigido o envio dos seguintes documentos com, no mínimo, trinta minutos de antecedência ao horário estipulado para a abertura dos trabalhos, ao e-mail eduardo@lestesudeste.com.br, com cópia para renata@terrinha.adv.br, com solicitação de confirmação de recebimento: documento de identidade com foto do quotista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração. Não será admitido o acesso à Plataforma Digital dos quotistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. O boletim de voto a distância (caso o voto seja exercido desta forma) também deverá ser enviado com, no mínimo, trinta minutos de antecedência ao horário estipulado para a abertura dos trabalhos, ao e-mail eduardo@lestesudeste.com.br, com cópia para renata@terrinha.adv.br, com solicitação de confirmação de recebimento. Rio de Janeiro, 01 de março de 2024. **Leste e Sudeste Serviços Gerais Ltda.** - Eduardo Reich.

MOBILIDADE

RJ conclui 4 km de pavimentação do corredor expresso MUVI, em SG

O Governo do Estado do Rio já concluiu 10% da pavimentação do corredor expresso MUVI (Mobilidade Urbana Verde Integrada), em São Gonçalo, maior projeto de mobilidade já realizado no município. A marca foi alcançada com a conclusão dos serviços de asfaltamento de 4 km do itinerário do projeto, dividido em três trechos. O MUVI vai cortar 13 bairros, com 32 estações em 18 quilômetros de extensão, ligando os bairros de Guaxindiba a Neves.

"Temos um compromisso, que é garantir o ir e vir com bem-estar e qualidade para quem vive no Estado do RJ. Estamos avançando no projeto do Muvi e São Gonçalo vai poder contar com um corredor expresso que vai levar mais que mobilidade, mas também lazer e sustentabilidade para São Gonçalo", avalia o governador Cláudio Castro.

A nova pavimentação beneficiou o trecho entre as ruas Luiz Aguiar e Avenida Canal, no trecho 1 da obra, no bairro Porto Velho, obra executada pela Secretaria das Cidades, em parceria com a Prefeitura de São Gonçalo. A intervenção vai oferecer espaço moderno, urbanizado, áreas de lazer e ciclovia, um investimento de mais de R$ 280 milhões.

"Aos poucos a gente vai vendo a coisa evoluir, né? É sempre boa a mudança e pelo que a gente tá vendo e acompanhando vai melhorar bastante não só esse trecho, mas São Gonçalo de uma maneira geral", disse o comerciante e morador da região Carlos Alberto Araújo, de 47 anos.

DRENAGEM

O trabalho de drenagem vem sendo feito com a instalação de tubos de 1,2 mil milímetros, que vão ajudar a escoar as águas das chuvas, problema antigo que atinge a região. No local, as equipes de trabalho constataram ainda que a antiga rede estava assoreada, o que diminuía ainda mais a capacidade da rede que já era ultrapassada.

"Estamos acompanhando de perto essas intervenções em São Gonçalo, que nunca tiveram projeto de mobilidade parecido na cidade. A determinação feita pelo governador Cláudio Castro é que cada trecho seja feito pensando no morador que vai utilizar o sistema no futuro próximo", disse o secretário das Cidades, Douglas Ruas.

Nota

LICENCIAMENTO ANUAL DE VEÍCULOS: AGORA É POSSÍVEL SOLICITAR O CRLV 2024 PELO POSTO DIGITAL

Os proprietários de veículos registrados no RJ já podem solicitar a emissão do documento de licenciamento anual através do Posto Digital do Detran - serviço digital disponível no site do departamento (www.detran.rj.gov.br). Para que o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) seja atualizado para 2024, há a necessidade de pagamento integral do IPVA, da Guia de Regularização de Taxas e das multas de trânsito vencidas. Débitos de anos anteriores também impedem a emissão do documento. Pelo Posto Digital, o usuário vai poder consultar se há algum impedimento para a atualização do CRLV e, estando tudo correto, solicitar a emissão do licenciamento 2024. De modo geral, essa atualização do documento é feita de forma automática pelo sistema do Detran, após a constatação do pagamento de taxas e multas. Mas o cidadão que preferir não esperar pelo processamento das informações poderá recorrer ao Posto Digital para obter o documento de forma imediata.

CRIME SEM CASTIGO

STM pode 'aliviar' pena de militares que mataram músico

PEPITA ORTEGA/AE

O ministro Carlos Augusto Amaral Oliveira, do Superior Tribunal Militar (STM), votou ontem para reduzir em dez vezes - de 30 anos para três - a pena imposta aos oito militares acusados pela execução do músico Evaldo Rosa dos Santos, cujo carro foi alvejado por mais de 80 tiros em 2019, no Rio. O brigadeiro defendeu a desclassificação do crime imputado aos militares, de homicídio doloso, para a modalidade culposa - quando não há intenção de matar.

O posicionamento foi defendido durante sessão de julgamento, na tarde de ontem, do recurso que busca reverter a condenação dos militares, em primeiro grau, pelos homicídios dolosos, duplamente qualificado, de Evaldo e do catador de latinhas Luciano Macedo, além da tentativa de homicídio contra Sergio Gonçalves de Araújo, sogro de Evaldo.

A sentença da primeira instância da Justiça Militar da União, em outubro de 2021, impôs aos militares penas que variam de 28 a 31 anos de prisão. O militar que pegou a maior pena - 31 anos e seis meses de reclusão - foi o tenente Ítalo da Silva Nunes, que comandava o grupo de combate no dia do assassinato de Evaldo e Luciano. Os demais pegaram 28 anos e foram excluídos dos quadros do Exército.

Com a proposta apresentada pelo relator ontem, a pena de Ítalo seria reduzida para três anos e sete meses de detenção. Já os outros sete oficiais pegariam três anos de detenção.

O voto de Carlos Augusto Amaral Oliveira foi acompanhado pelo revisor José Coelho Ferreira. Em seguida, o julgamento foi suspenso por um pedido de vista. Não há data para que a discussão retorne à pauta do STM.

Os assassinatos ocorreram em 7 de abril de 2019, em Guadalupe, zona norte do Rio. Evaldo ia para um chá de bebê com a família, quando seu carro foi alvejado por mais de 80 tiros e fuzil. Segundo a denúncia da Procuradoria de Justiça Militar, os militares dispararam 257 vezes durante a ação de patrulhamento. Evaldo morreu na hora e Luciano faleceu dias depois no hospital, após ser atingindo tentando ajudar o músico.

Além de Ítalo, foram condenados o sargento Fabio Henrique Souza Braz da Silva, o cabo Leonardo de Oliveira de Souza, e os soldados Gabriel Christian Honorato, Gabriel da Silva de Barros Lins, João Lucas da Costa Gonçalo, Marlon Conceição da Silva e Matheus Santanna Claudino.

Os outros quatro militares foram absolvidos por falta de provas: o cabo Paulo Henrique Araújo Leite e os soldados Vitor Borges de Oliveira, Wilian Patrick Pinto Nascimento e Leonardo Delfino Costa.

JULGAMENTO

O colegiado do STM é composto por quinze ministros: dez oficiais-generais do último posto das Forças Armadas e cinco ministros civis. Dos militares, quatro são generais de exército, três almirantes de esquadra e três tenentes brigadeiros do ar. Os civis são três oriundos da OAB, um do Ministério Público Militar e outro oriundo da carreira de juiz federal da Justiça Militar da União.

GOLPISTAS

Federais prendem três acusados de financiar ataques de 8 de Janeiro

PEPITA ORTEGA/AE

A Polícia Federal prendeu ontem, no bojo da 25ª fase da Operação Lesa Pátria, três investigados de suposto envolvimento com o financiamento e fomento dos atos golpistas de 8 de janeiro.

Entre os alvos da ofensiva está Joveci Xavier de Andrade, um dos donos da rede de supermercados Melhor Atacadista.

A corporação vasculhou 24 endereços em sete estados e no Distrito Federal em busca de provas sobre a ligação dos alvos com a intentona golpista. Além disso, cumpriu sete ordens de monitoramento eletrônico.

As diligências foram realizadas no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Tocantins, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Espírito Santo e Distrito Federal. As ordens foram expedidas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

O ministro ainda determinou a indisponibilidade de bens, ativos e valores dos investigados, no valor de até R$ 40 milhões - montante estimado dos danos causados ao patrimônio público no 8 de janeiro.

Permanente, a Operação Lesa Pátria apura supostos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

CADEIA NELA

PF indicia Zambelli e hacker por invasão ao sistema do CNJ

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

A Polícia Federal (PF) concluiu a investigação sobre a invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o indiciamento da deputada Carla Zambelli (PL-SP) e do hacker Walter Delgatti. Eles podem responder pelos crimes de invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica.

O relatório final da Polícia Federal afirma que documentos apreendidos com a deputada correspondem, integral ou parcialmente, aos arquivos inseridos pelo hacker no sistema do CNJ, o que para os investigadores comprova que ela participou do ataque.

O advogado Daniel Bialski, que defende a deputada, reiterou em nota que ela jamais pediu a invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça.

O advogado Ariovaldo Moreira, que representa Walter Delgatti, afirmou que o indiciamento era esperado, já que ele confessou a participação no episódio. "O indiciamento de Carla Zambelli confirma que Walter, a todo momento, colaborou com a justiça, levando a PF até a mandante e financiadora dos atos perpetrados por ele."

Entre os documentos mencionados pela Polícia Federal, está o mandado de prisão falso contra Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e um recibo de bloqueio de R$ 22,9 milhões em bens do ministro. O valor corresponde à multa imposta por Moraes ao PL por questionar as urnas eletrônicas nas eleições de 2022. Havia ainda uma ordem, também falsa, para quebrar o sigilo bancário do ministro.

A PF concluiu que o ataque foi planejado para colocar em dúvida a credibilidade do Poder Judiciário. Com o fim do inquérito, cabe à Procuradoria-Geral da República (PGR) dizer se vê ou não elementos para oferecer denúncia.

As únicas mensagens encontradas entre Carla Zambelli e Walter Delgatti são sobre Moraes. A deputada enviou dois áudios pedindo o endereço do ministro. Ela alega que sua mãe queria enviar uma carta ao magistrado.

Walter Delgatti narrou à Polícia Federal que recebeu cerca de R$ 40 mil para tentar invadir os sistemas do Judiciário. Ele entregou comprovantes de transferências, que somaram R$ 10,5 mil, feitas por um ex-assessor da deputada. O restante, segundo o relato, teria sido entregue em espécie, em São Paulo. Os investigadores desmontaram parte do depoimento. A PF concluiu que os pagamentos foram para comprar garrafas de uísque. Por isso, o hacker também foi indiciado por denunciação caluniosa. Ele está preso preventivamente.

YOUTUBE

Magistrado manda retirar fala de Genoino

PEPITA ORTEGA/AE

O desembargador Carlos Eduardo da Fonseca Passos, da 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, mandou o YouTube retirar do ar trecho de vídeo em que o ex-presidente do PT José Genoino diz achar "interessante" a ideia de boicote a "determinadas empresas de judeus". O magistrado fixou multa de R$ 100 mil em caso de descumprimento da ordem.

Segundo Passos, o comentário do petista - feito em live no canal DCM TV em janeiro - "veicula ideia de contorno discriminatório, na medida em que se mostra favorável à sabotagem de negócios administrados por judeus, traduzindo apologia ao antissemitismo, em aparente desconformidade com os preceitos constitucionais".

A decisão atendeu a pedido da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro.

2022

TSE multa Haddad por propaganda irregular

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) multou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por propaganda eleitoral irregular na campanha de 2022, quando ele disputou o governo de São Paulo pelo PT. A Corte atendeu a pedido da coligação do ex-candidato tucano, Rodrigo Garcia. O valor da multa é de R$ 10 mil.

O recurso de Garcia foi ajuizado contra decisão monocrática do ministro Floriano de Azevedo Marques, que reformou acórdão do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e afastou a multa. Agora, o TSE derrubou a determinação de Azevedo Marques.

O motivo da condenação foi a campanha de Haddad ter direcionado a busca pelo nome de Garcia no Google para o site do petista. "O núcleo da pesquisa é alterado, produzindo o direcionamento a outras informações que não aquelas buscadas pelo consultor, caracterizando desinformação", disse o ministro Raul Araújo, que foi seguido por Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes (que votou como substituto de Kassio Nunes Marques) e Isabel Gallotti.

PROPOSTAS

Senado recebe propostas para eliminar reeleição e fixar mandatos de 5 anos

GABRIEL HIRABAHASI E
MARCELO DE MORAES/AE

ELZA FIÚZA/ABRASIL

O senador Marcelo Castro (MDB-PI) (**foto**), relator do novo Código Eleitoral, disse ontem, que apresentou aos líderes partidários do Senado três sugestões de propostas de emenda à Constituição (PECs) para acabar com a reeleição e fixar os mandatos em cinco anos, e não mais quatro, como é atualmente. Essas três propostas contêm diferenças entre elas, como definir se as eleições municipais e presidenciais serão realizadas no mesmo ano ou de forma intercalada, como ocorre hoje.

As três propostas deverão ser formalizadas no Senado. A que tiver mais consenso é a que deve tramitar na Casa. Senadores continuarão com a prerrogativa de terem um "mandato duplo" - ou seja, se o mandato for alterado para cinco anos, cada senador terá o cargo por dez anos.

O texto reúne em uma única lei todas as regras eleitorais. São cerca de 150 páginas.

Há atualmente uma maioria se formando no Senado a favor de acabar com o instrumento da reeleição, pelo entendimento de que a proposta - aprovada em 1997 por meio de emenda constitucional, que permitiu a renovação do mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998 - trouxe mais problemas do que vantagem. Esse ponto é um dos poucos consensos da proposta, já que há divergências declaradas sobre o tempo de duração dos mandatos e da possibilidade de coincidência dos mandatos de todas as esferas para tentar realizar apenas uma eleição geral.

Como simultaneamente Castro também está apresentando seu relatório para o novo Código Eleitoral, o senador reconhece que ainda haverá muito terreno para se avançar dentro dessas discussões. "Isso aqui vai ter emenda que não vai acabar mais", admitiu o senador.

Outro problema é a dificuldade para discutir qualquer proposta mais densa com o calendário eleitoral de 2024 se aproximando. Numa discussão que mexe diretamente com os interesses da classe política, a tendência é de que os debates se prolonguem e que, mesmo avançando, precisarão ser chancelados pela Câmara dos Deputados. No caso do Código Eleitoral, esse problema é menor porque a proposta já passou pela Casa. Mesmo assim, deve valer somente depois de 2026 e terá de ser apreciada novamente pelos deputados, já que Castro fez "muitas mudanças".

INELEGIBILIDADE

Entre os pontos que serão incluídos no relatório estão mudanças nos prazos de inelegibilidade e de desincompatibilização (quando um político ou servidor público precisa deixar o cargo antes de uma eleição). Sobre o impedimento legal de disputar eleições, o senador disse que vai manter o texto da Câmara e fixar uma data única para o início da contagem do período de inelegibilidade. Será em 1.º de janeiro do ano subsequente. Esse dispositivo é importante porque, em casos de condenação por abuso de poder político e econômico em uma eleição, por exemplo, o prazo de inelegibilidade atualmente é aplicado a partir da data da eleição.

O caso do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é um exemplo disso. A inelegibilidade de oito anos aplicada a Bolsonaro pela Justiça Eleitoral começa a valer a partir da data da eleição de 2022 (2 de outubro). Em 2030, o pleito é em 6 de outubro (portanto, mais de oito anos depois do início do prazo de inelegibilidade).

Se o entendimento do Código Eleitoral proposto por Marcelo Castro já estivesse valendo, a pena passaria a valer a partir de 1.º de janeiro de 2023 - e, portanto, Bolsonaro também estaria fora do pleito de 2030. Como o Código Eleitoral ainda não foi aprovado e há um entendimento na Justiça de que regras mais duras não podem retroagir para punir um réu ou condenado, mesmo que aprovado o projeto, ele não valeria para o ex-presidente.

QUARENTENA

Outro ponto citado por Castro que estará em seu relatório é a quarentena para que juízes, promotores, policiais e militares sejam candidatos. Esses profissionais deverão deixar seus cargos com quatro anos de antecedência, segundo Castro. "Juízes, promotores, policiais, militares, querem ser políticos? Abandonem a magistratura, o Ministério Público, a carreira militar, e vão ser políticos. As duas coisas não dão certo", disse o senador. Essa regra, porém, deverá valer somente após 2026, afirmou o relator da proposta.

FACHIN

STF nega pedido de russo acusado de espionagem

RAFAELA FERREIRA/AE

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido para que fosse determinada a entrega imediata do cidadão russo Sergey Vladimirovich Cherkasov ao seu país de origem. O russo fingiu ser um estudante brasileiro para entrar nos Estados Unidos e na Europa. Na mesma decisão, o ministro manteve a prisão preventiva do investigado.

Sergey é investigado pela suposta prática de atos de espionagem, lavagem de dinheiro e corrupção passiva. As instâncias da Justiça nas quais tramitam os procedimentos criminais informaram que as circunstâncias dos crimes ainda estão em análise, situação em que não se recomenda a liberação antecipada. Além disso, Sergey é investigado na Rússia por suposta participação em organização criminosa voltada ao tráfico de drogas.

Para o ministro, na homologação de entrega voluntária de Sergey foi destacado que a extradição estaria condicionada à conclusão das apurações e processos relativos aos fatos ocorridos no Brasil.

Fachin também destaca que a análise feita pelo STF em relação à extradição se restringe aos aspectos de legalidade, não cabendo à Corte implementar a entrega do estrangeiro. A diretriz fixada pelo Tribunal é de que tal medida é prerrogativa exclusiva do presidente da República, como explicou Fachin.

ESSEQUIBO

América do Sul não precisa de guerra, diz Lula na Guiana

FELIPE FRAZÃO/AE

O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou ontem, em Georgetown, capital da Guiana, que o Brasil vai trabalhar para que a América do Sul seja uma zona de paz no mundo. Em um gesto político, Lula fez um pronunciamento após reunião com Irfaan Ali, presidente da Guiana, com quem debateu a disputa sobre o controle da região do Essequibo, parte do território guianense reivindicada pela Venezuela. O Brasil é o principal mediador e trabalha para evitar um confronto armado no seu entorno imediato.

"Nossa integração com a Guiana faz parte da estratégia do Brasil de ajudar não apenas no desenvolvimento, mas de trabalhar intensamente para que a gente mantenha a América do Sul como zona de paz no planeta Terra. Nós não precisamos de guerra", disse Lula, antes de esperado encontro o ditador venezuelano Nicolás Maduro, seu aliado político que ameaça anexar o território. "Esse é papel que o Brasil pretende jogar na América do Sul e no mundo."

Em resposta, Ali agradeceu a visita de Lula a Georgetown para encontro de chefes de governo da Caricom (Comunidade do Caribe), da qual foi anfitrião. "Essa região permanece como uma região de paz e de estabilidade, onde a soberania e integridade territorial entre todos na região é respeitada", disse o presidente guianense.

A presença de Lula em Georgetown vem sendo interpretada nos bastidores da diplomacia e por analistas como um gesto de apoio à integridade territorial da Guiana e um aviso à Venezuela. Lula, no entanto, se recusa a criticar as intenções do regime chavista.

Lula tem relação de afinidade política e atuou como avalista da reabilitação internacional do ditador chavista Nicolás Maduro, que realizou um referendo para angariar apoio político no ano passado e ameaçar tomar à força o território do Essequibo, reivindicado historicamente por Caracas.

A jornalistas, Lula negou que a reunião bilateral com Irfaan Ali e a que pretende fazer com Maduro sejam voltadas a discutir profundamente a questão do Essequibo. Afirmou, no entanto, que o Brasil está à disposição para ajudar na mediação e que ambosa sabem disso. Lula pregou que os líderes políticos tenham mais "paciência" e que "o mundo não comporta mais atrito".

"Esse assunto não pode ser esquecido porque é quase secular, já tem 100 anos, já passou Justiça, já passou pela ONU e vai continuar. O que vamos trabalhar é para que seja motivo de muita conversa e que possamos encontrar uma solução da forma mais amigável possível. Vou falar (isso) para o Maduro. Se em 100 anos não foi possível resolver o problema, é possível a que gente leve mais algumas décadas. A única coisa que tenho certeza é que a violência não resolverá esse problema, criará outros problemas", afirmou o petista.

ISRAEL

O presidente disse que o Brasil não tem nem deseja ter contenciosos com nenhum país. Ele citou que são conhecidas as posições do Brasil contra guerras em curso no Leste Europeu, entre Rússia e Ucrânia, e no Oriente Médio, entre Israel e o grupo terrorista Hamas.

Declarações de Lula a respeito das duas guerras, porém, provocaram desconfiança entre parceiros nos regimes democráticos ocidentais e levaram a uma crise diplomática com Israel. O presidente comparou a ofensiva militar do país na Faixa de Gaza ao extermínio de 6 milhões de judeus ordenado por Adolf Hitler. As falas de Lula minaram as chances de o Brasil atuar como ponte nos dois conflitos.

Após se recusar a pedir desculpas sobre a analogia com o extermínio de judeus feito pelo regime nazista alemão - o Holocausto - e reiterar que considera que o governo israelense promove um "genocídio" de palestinos em Gaza, Lula evitou os dois termos durante a declaração na Guiana.

"Todo mundo sabe que o Brasil é contra guerra na Ucrânia. Todo mundo sabe que o Brasil é contra o que está acontecendo na Faixa de Gaza, da mesma forma que fomos contra os atos terroristas do Hamas", afirmou.

MADURO

Lula embarcou na sequência para Kingstown, em São Vicente e Granadinas, para comparecer à Cúpula da Celac (Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos), nesta sexta-feira, dia 1º de março. Ele disse que pretende ter uma reunião bilateral com Maduro.

O primeiro-ministro do país, Ralph Gonsalves, também hospedou diálogos entre Guiana e Venezuela para tratar da disputa territorial sobre o Essequibo.

"Vou a São Vicente agradecer ao Ralph por ser o coordenador das conversas entre Guiana e Venezuela e espero que a gente tenha uma reunião da Celac produtiva, harmoniosa e que todos nós saiamos de lá falando em paz, prosperidade, alegria, amor e não em ódio", afirmou Lula.

Assim como a Caricom, o governo brasileiro defende que a questão do Essequibo seja mediada também por meio da Celac, para evitar que a presença dos Estados Unidos, em fóruns como a OEA (Organização dos Estados Americanos), influencie as tratativas.

Uma primeira reunião entre presidentes Ali e Maduro ocorreu em Argyle (São Vicente e Granadinas) em 14 de dezembro. Os dois líderes se comprometeram que suas nações "não ameaçarão ou usarão a força uma contra a outra sob quaisquer circunstâncias, incluindo aquelas decorrentes de qualquer controvérsia existente entre ambos os Estados".

Dias antes, porém, Maduro promoveu um referendo sob medida para levar adiante seus planos, determinou a criação de um Estado venezuelano na região, a "Guiana Essequiba", a criação de uma zona de defesa chefiada por um general para administrar a área e ordenou que a estatal petrolífera PDVSA criasse uma divisão e concedesse licenças operacionais para explorar riquezas do Essequibo.

Delegações diplomáticas de Venezuela e Guiana se reuniram em janeiro, no Palácio do Itamarty, em Brasília. As tratativas continuam em andamento, enquanto houve reforço da presença militar na região. A Guiana ameaçou recorrer aos Estados Unidos para se defender militarmente, por causa da disparidade de poder bélico entre suas forças armadas e os militares bolivarianos.

Empresas dos EUA têm negócios na Guiana, para exploração do petróleo e outros recursos natuarais descobertos no Essequibo. Já a Venezuela tem parcerias estratégicas e militares com a Rússia e Irã, rivais dos Estados Unidos. A China possui negócios e relação política com os dois lados.

A expectativa do governo brasileiro é que Lula converse pessoalmente com Nicolás Maduro sobre a questão territorial com a Guiana e a repressão a opositores às vésperas da prometida realização de eleições presidenciais.

GUERRA NO ORIENTE

Exército genocida mata mais de 100 palestinos 'famintos'

O grupo Hamas acusou Israel de matar dezenas de pessoas que aguardavam o recebimento de ajuda humanitária na Cidade de Gaza, maior cidade do enclave palestino, ontem. De acordo com o ministério da Saúde de Gaza, 104 pessoas morreram e 760 ficaram feridas.

As autoridades israelenses reconheceram que as Forças de Defesa de Israel (IDF) atiraram contra palestinos, mas que só fizeram isso depois que uma multidão se aproximou de forma ameaçadora. Tel-Aviv ressaltou que as mortes ocorreram em uma confusão durante a entrega de ajuda humanitária para os civis palestinos e que os soldados israelenses dispararam tiros para o ar e contra as pernas dos residentes para que não se aproximassem dos caminhões.

A Cidade de Gaza e o norte do enclave palestino foram os primeiros alvos da ofensiva israelense em Gaza que já deixou mais de 30 mil mortos, segundo o ministério da Saúde de Gaza. A guerra começou no dia 7 de outubro, quando o Hamas invadiu o território israelense.

Depois de quase cinco meses de guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas, a ONU calcula que 2,2 milhões de pessoas, ou seja, a grande maioria da população do enclave palestino, correm o risco de morrer de fome na Faixa de Gaza, especialmente no norte, onde a destruição e os combates praticamente impossibilitam a entrega de ajuda humanitária.

As Forças de Defesa de Israel (IDF) anunciaram que investigações iniciais sobre o caso apontam que 30 caminhões com ajuda humanitária entraram no enclave palestino pela passagem de Kerem Shalom e que ao chegarem a Cidade de Gaza, pessoas armadas começaram a caminhar em direção aos caminhões e saquearam a ajuda humanitária. Neste momento, uma multidão começou a se aproximar da área.

Um médico do hospital Al Shifa na Cidade de Gaza afirmou que os soldados atiraram em "dezenas de cidadãos" que correram na direção dos caminhões de ajuda. Testemunhas relataram à AFP que viram milhares de pessoas correndo na direção dos caminhões de ajuda humanitária que se aproximavam de uma rotatória na parte oeste da Cidade de Gaza.

CESSAR-FOGO

Arábia Saudita, Egito e Jordânia acusaram Israel de ter como objetivo a morte de civis. Em declarações separadas, os países apelaram para um aumento das passagens seguras para o fluxo de ajuda humanitária. Os países árabes também pediram ajuda da comunidade internacional para tomar medidas decisivas que pressionem Israel a respeitar o direito internacional e a chegar a um acordo para um cessar-fogo imediato.

Em um comunicado condenando o ataque de ontem, o grupo terrorista Hamas disse que não permitirão que as negociações de cessar-fogo "sejam um disfarce para o inimigo continuar os seus crimes".

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, apoiador do genocídio de palestinos, afirmou que os EUA estavam tentando determinar o que havia acontecido na Faixa de Gaza.

EUA

Juíza retira Trump de primárias em Illinois, mas dá prazo para recurso

Uma juíza do condado de Cook decidiu, ontem, que o Conselho Eleitoral do Estado de Illinois deve retirar o nome do ex-presidente Donald Trump das cédulas de votação da primária do Estado, que ocorrerá em 19 de março. Mas a magistrada manteve a aplicação da determinação pendente até hoje, para permitir recurso.

A juíza Tracie Porter anunciou sua decisão depois que um grupo de eleitores tentou remover o nome de Trump da votação primária em consequência dos ataques ao Capitólio, em Washington, em 6 de janeiro de 2021. Os eleitores argumentaram que Trump é inelegível para ocupar o cargo, porque encorajou e fez pouco para impedir os distúrbios no Capitólio.

O caso faz parte de um conjunto de várias outras ações judiciais movidas para retirar Trump das urnas, argumentando que ele é inelegível devido a uma cláusula da 14ª Emenda, raramente usada, mas que proíbe aqueles que "se envolveram em insurreição" de ocupar cargos. A Suprema Corte sinalizou, no início deste mês, que provavelmente rejeitará essa estratégia após acatar um recurso referente à decisão do Colorado que removeu Trump da votação naquele Estado. Assim como a decisão de Illinois, a do Colorado está suspensa até que a análise do recurso seja concluída.

Porter, na sua decisão de 38 páginas, escreveu que a petição do grupo de eleitores deveria ter sido concedida.

"Esta é uma vitória histórica", disse Ron Fein, diretor Jurídico da Free Speech For People. "Todos os tribunais ou empregados que abordaram os méritos da elegibilidade constitucional de Trump concluíram que ele se envolveu numa insurreição depois de prestar juramento e, portanto, foi desqualificado para a presidência."

O porta-voz da campanha de Trump, Steven Cheung, disse, em comunicado, que "um juiz democrata ativista em Illinois rejeitou sumariamente o conselho eleitoral do Estado e contradisse decisões anteriores de dezenas de outras jurisdições estaduais e federais". "Esta é uma decisão inconstitucional da qual iremos recorrer rapidamente", completou.

REINO UNIDO

Premiê diz que país está migrando rumo ao domínio das multidões

O primeiro-ministro Rishi Sunak disse que o Reino Unido está indo rumo ao "domínio da multidão", por causa das pressões criadas pelos protestos contra a guerra Israel-Hamas - palavras criticadas como alarmistas por um grupo de defesa dos direitos humanos. Em reunião com líderes policiais na quarta-feira, Sunak disse que havia um "padrão de comportamento cada vez mais violento e intimidador" que visa "reprimir o debate livre e impedir que os representantes eleitos façam o seu trabalho".

Há um consenso crescente de que o 'governo da multidão' está substituindo o 'governo democrático'", disse o premiê, de acordo com uma transcrição divulgada pelo gabinete do primeiro-ministro "E temos que, coletivamente, todos nós, mudar isso urgentemente "

Tom Southerden, da Anistia Internacional, disse, ontem, que falar sobre o domínio da multidão é um exagero, desmedido, enquanto há o risco de se deslegitimar os direitos de protesto pacífico. Protestos em massa atraem milhares de pessoas ao centro de Londres, quase semanalmente, para pedir um cessar-fogo no conflito que já matou mais de 30 mil palestinos no território controlado pelo Hamas, segundo o Ministério da Saúde de Gaza. Israel diz que o Hamas matou 1.200 israelenses, a maioria civis, e sequestrou cerca de 250, no ataque de 7 de outubro. No Reino Unido, as manifestações foram, majoritariamente, pacíficas, embora tenham gerado algumas dezenas de detenções por causa de cartazes e cantos que alegadamente apoiavam o Hamas.

MÉXICO

Dois candidatos a prefeito da mesma cidade são mortos a tiros

Dois candidatos a prefeito da cidade de Maravatio, no México, foram mortos a tiros com poucas horas de diferença no início desta semana. Segundo especialistas, as eleições gerais de 2 de junho podem ser as mais violentas já registradas no país

Os promotores estaduais disseram que Armando Pérez Luna foi encontrado morto a tiros em seu carro, em Maravatio, pouco antes da meia-noite. Ele era o candidato a prefeito pelo conservador Partido da Ação Nacional (PAN). Autoridades do partido governista Morena confirmaram que seu candidato a prefeito, o ginecologista Miguel Ángel Zavala, foi encontrado morto, na segunda-feira, 26, também em seu carro. As campanhas só começam formalmente amanhã.

"Os episódios ilustram o nível extremamente sério de violência e falta de segurança que prevalece antes das eleições mais importantes da história mexicana", escreveu o líder d o PAN, Marko Cortés, nas redes sociais.

O prefeito de Maravatio, Jaime Hinojosa Campa, disse que não foi informado sobre as ameaças contra os candidatos, mas que "tudo apontava para" o crime organizado.

EXTORSÃO

O controle dos cartéis de drogas no México tem se ampliado cada vez mais. Durante as últimas eleições nacionais, em 2021, mais de 30 candidatos foram mortos. O grupo de vigilância Civic Data afirmou, em relatório de janeiro, que "2023 foi o ano mais violento" em sua base de dados. "Tudo sugere que 2024 será pior", disse o grupo. "É provável que as maiores eleições da história também sofram os maiores ataques do crime organizado."

O grupo denunciou ainda que cinco pessoas que pretendiam concorrer a cargos públicos foram mortas no México em janeiro. Em relatório publicado este mês, a Integralia Consultants escreveu que "o crime organizado intervirá como nunca antes nas eleições locais de 2024," porque mais gabinetes de prefeitos estão em jogo e mais cartéis estão envolvidos em guerras territoriais, expandindo seu modelo de negócio muito além das drogas. Uma das fontes de renda dos cartéis mexicanos é a extorsão de empresários e autoridades.